



Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

ATA

Sessão Ordinária de Fevereiro – 26ABR2024

N.º 30/2021-2025

Data: 26 de abril de 2024 (sexta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1 e 5 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, Pedro Miguel Cristo Graça, Daniela Ribeiro Alegria, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo, António Pedro Oliveira Martins e Domingos Manuel Ferreira Vilarinho.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência da vereadora Assunção Mariana Carlos Ramos foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ernesto Manuel Vidal Garrelhas.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Elvira Maria Fernandes Correia substitui Diana Catarina Anastácio Gandarinho e Sónia Alexandra Fernandes Gomes substitui Mariana Alvelos Silva.

Grupo Municipal do Partido Chega: Armando Loureiro substitui Sérgio Louro.

Substituições de Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia:

O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António da Silva Rocha substituído pelo Secretário, José António Falcão Ribeiro Arvins.

Ordem do Dia

Nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01JAN2024 a 15MAR2024". *Ato deliberativo: apreciação.*

Ponto 2. "Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2023". *Ato deliberativo: aprovação.*

Ponto 3. "Proposta da Aplicação de Resultados Líquidos". *Ato deliberativo: aprovação.*

Ponto 4. "Mapa dos compromissos plurianuais assumidos nº 2º. Semestre de 2023 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços". *Ato deliberativo: conhecimento.*

Ponto 5. "Abertura de Concurso Público para aquisição de Serviços de Transporte para atividades pedagógicas, desportivas, escolares e outras". *Ato deliberativo: aprovação.*

Ponto 6. “Concessão da recuperação e exploração temporária e onerosa de um centro hípico e parque pedagógico no lugar do Casal 43 - Colónia Agrícola”. *Ato deliberativo: aprovação.*

Ponto 7. “Concessão do direito de utilização privativa do espaço público municipal para a conceção, instalação e exploração de treze quiosques no Município de Ílhavo”. *Ato deliberativo: aprovação.*

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)
As 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03':09")

«Boa noite, caras e caros deputados, público aqui presente e a todos os que nos acompanham através da nossa transmissão na página do Facebook da Assembleia Municipal. Sejam bem-vindos à sessão ordinária de abril de 2024. Vou começar por pedir à senhora Segunda Secretária que proceda à chamada.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (03':42")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Aprovação das Atas

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (05':33")

«Muito obrigado. Vamos começar por aprovar as Atas 26, 27 e 28. Portanto, 26 e 27 referentes à sessão ordinária de fevereiro. E a Ata 28 referente à sessão extraordinária de março. Apenas se devem pronunciar os membros da Assembleia que estiveram presentes nas respetivas reuniões.

Alguém tem alguma consideração a fazer? Pedro Martins. Alguém tem mais alguma consideração a fazer relativamente às atas? Muito bem. Pedro, por favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (06':30")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos. Muito simplesmente, eu até teria feito a intervenção dali. Na ata de 16 de fevereiro, eu não consto na lista de presenças e participei, aliás, até intervim também na nessa sessão. É só esse reparo.

Na ata de 14 de março, há uma intervenção do Pinto Reis, não sei se Pinto Reis... não leu a ata, pelos vistos, há uma intervenção do Pinto Reis que foi atribuída ao Luís Leitão. Portanto, o Luís Leitão interveio e respondeu a seguir. É só isso.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':10")

«Muito bem. A Mesa vai proceder com essas retificações. Agradece a observação.

Coloco então a Ata n.º 26, referente à reunião de 9 de fevereiro de 2024, da sessão ordinária de fevereiro, a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a ata 26 foi aprovada por unanimidade.

Coloco a Ata 27, referente à reunião de 16 de fevereiro de 2024, da segunda reunião da sessão ordinária de fevereiro, a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? A ata n.º 27 foi aprovada por unanimidade.

Coloco, por fim, a Ata n.º 28 referente à reunião de 14 de março de 2024, da sessão extraordinária de março, a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem. A Ata n.º 28 foi aprovada por unanimidade.

Expediente

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (08':21")

«Passamos agora ao expediente no que respeita à correspondência, os serviços de apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre fevereiro e março, diversa comunicação, da qual destaco:

- convites dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia para representação protocolar da Assembleia Municipal, remetidos pelo Executivo Municipal, pelas Juntas de Freguesia, pelos Agrupamentos de Escolas, pelas Associações e de entidades públicas e privadas, aceites dentro da dignidade possível;
- o inquérito do Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, através da ANAM, sobre políticas locais de habitação;
- comunicação da ANAM do *webinar* sobre bem-estar digital;
- a revista das assembleias municipais e dos eleitos locais, número 26 e a revista Ideias & Territórios n.º 4 da ANAM / CVEL, distribuída aos Deputados Municipais;
- a Ata n.º 19 do Conselho Municipal de Educação;
- a convocatória para o Conselho Municipal de Segurança;
- o Relatório de Prestação de Contas do ano de 2023 da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga;
- a comunicação de renúncia de mandato do eleito João Pedro Ribau Casqueira;
- os votos de condolências endereçados ao Deputado Municipal Sérgio Louro pelo falecimento de sua mãe.»

Período de Intervenção do Público

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (09':50")

«Muito bem. Passamos então, agora, ao período que é dedicado a alguma possível intervenção do Público.

Pergunto, aqui, ao Público se existe alguma? Muito bem, portanto, vamos ter uma intervenção.

Este período tem um limite de 5 minutos, no máximo, de intervenção e solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentado de forma mais sucinta possível.

Além disso, no âmbito da transmissão em direto e por força do Regulamento Geral de Proteção de Dados, é importante, para defesa de todos, que tenha sido dado consentimento formal, através do preenchimento do novo impresso Anexo I do Regulamento Transmissões, para a respetiva difusão da imagem e que o nosso Núcleo de Apoio vai fazer chegar ao elemento do público.»

Do público

Munícipe, António Carlos Silva: (11':30")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa, a Câmara, os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados.

Eu trago aqui dois temas, hoje.

Um deles é mais um lamento, o outro é mais uma das situações que se passam no nosso Concelho, que eu, como cidadão, gostava de não as continuar a ver.

O primeiro tema diz respeito àquilo que se passou nesta quadra do 25 de Abril, nas comemorações dos 50 anos de toda a revolução. O meu lamento vai para termos assistido a um desfile de palavras bonitas. São bonitas, é bom de ouvir. É bom estarmos cá nós, para a minha idade, para a minha geração é muito bom, passados 50 anos, estar aqui.

O testemunho que eu trago é sobre o papel de uma mulher, uma cidadã fora de norma, na positiva. É que eu lamento, que convivi esta quadra, não ter visto nas bocas dos nossos compatriotas ilhavenses. Trata-se de Maria José Senos da Fonseca. Eu convivi muito com ela. Achei-a uma mulher extraordinária, uma pessoa extraordinária, uma família extraordinária. E, sinceramente, fiquei magoado. Fiquei magoado que a pessoa, de mais valor, na minha opinião, depois do 25 de Abril, no nosso Concelho, não tem par. É ela e só

ela. Portanto, desculpem se passou alguém. Eu já sei que ela foi lembrada aqui. Ela teve os seus confrontos, depois do 25 de Abril, com a Câmara Municipal, com as Assembleias Municipais e não só, mas isto não traz aqui nenhuma questão política. É uma questão social muito importante do nosso concelho. Pronto, fica assim só a minha opinião e eu acho que compreendem todos. Nem estou aqui a acusar ninguém, nem é minha intenção. Obrigado, Senhor Presidente, por me deixa falar disto.

A outra questão, é uma questão que já foi aqui a florada por um Deputado sobre um tema que é, quanto a mim, vergonhoso. Eu já tinha este tema para falar aqui, entretanto, esse Deputado falou e eu deixei correr. Até pensei que alguma coisa se iria resolver, mas não se resolveu. Assistimos, ultimamente, nas nossas ruas e estradas do Município à extração de mais um cabo de transmissão de dados. Mais um. Eu fui acrescentar mais alguma coisa perguntando aos técnicos o que é que está a passar. Portanto, há uma nova empresa, uma nova marca, mais um cabo. Só que há uma situação de tanto cabo que as pessoas já chamam a isto a Tailândia. É o que é altamente negativo, tanto para Portugal, como parte a Tailândia, porque é pejorativo ver um desleixo tão grande. Nós somos todos responsáveis. Eu Não estou a falar para a Câmara, estou a falar para todos vocês. Todos nós somos responsáveis. A questão põe-se com um cabo, ainda por cima dos mais grossos, dos piores que estão instalados, que tem décadas. Décadas são 10 anos. Décadas não são 10 anos, são mais que uma vez 10 anos. E é vergonhoso que esses cabos não estão a fazer nada nos postos das nossas ruas, da nossa cidade. É que parece que ninguém quer saber. Eu penso que ninguém nas suas casas tem tanta coisa a estorvar durante 20 anos. Porque é que nós temos? Mas, porque é que nós devemos continuar a ter? Eu lamento a imagem, lamento o problema que isso causa. Além disso, há uma irregularidade por parte dessas marcas que andam a usufruir do espaço público, que atravessam o espaço privado sem nenhum pedido expresso para o fazer. Há centenas de casos em que eles atravessam cabos por todo lado contra a lei. E, portanto, eu venho aqui deixar este recado para todos nós refletirmos. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (16':40")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, boa noite.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (16':55")

«Boa noite a todas e a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e nele todos os Deputados da nossa Assembleia Municipal. Cumprimentar toda a gente que nos assiste lá em casa e o restante Executivo. E o público que nos está a assistir e penso que a comunicação social também, se não estiver aqui, também tem a hipótese de acompanhar por vídeo ou por som, onde estiver.

Eu não tenho nada mais a dizer. Só dizer que lamento, realmente, esta situação que tem algum tempo no nosso Município? Não sei se décadas, somando várias décadas se não, mas fica o registo e vamos acompanhando esta situação. Muito obrigado.»

Voto de Louvor

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (17':43")

«Obrigado. Senhor Presidente. A Mesa coloca à apreciação e votação dois votos de louvor, subscritos pelos Grupos Municipais do PS e do PSD, remetidos aos deputados municipais. Nesse sentido, vou pedir ao nosso Primeiro Secretário que proceda à leitura do primeiro Voto de Louvor, do Partido Socialista, dirigido à atleta ilhavense, Constança Alves, que se sagrou campeã nacional universitária de judo, em Viseu.»

Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (18':24")

Leitura do Voto de Louvor apresentado pelo Partido Socialista.

O Voto de Louvor é apenso à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (20':10")

«Eu pergunto ao Grupo Municipal do PS se pretende dar mais alguma informação? Não. O PSD subscreve. Muito bem.

Então vamos colocar à votação este Voto de Louvor. Quem vota contra? Quem se abstém? Voto de louvor, aprovado por unanimidade.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (20':43")

«Vamos pensar, agora, ao Voto de Louvor do Partido Social Democrata, dirigido à Secção de Basquetebol do Grupo Desportivo da Gafanha, pela subida da equipa sénior masculina ao escalão CNB 1, das provas nacionais da Federação Portuguesa de Basquetebol.»

Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (21':04")

Leitura do Voto de Louvor apresentado pelo Partido Social Democrata.

O Voto de Louvor é apenso à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (23':47")

«Muito bem, pergunto, se há alguém que queira ser algum comentário? Portanto, o Partido Socialista também subscreve. Algum comentário mais? Não?

Vamos então colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Voto de Louvor aprovado por unanimidade.»

Período de “Antes da Ordem do Dia”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (24':20")

«Bem, vamos passar às intervenções neste Período de Antes da Ordem do Dia, que devem ser centradas em assuntos de relevância para o Município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no relatório da atividade municipal, constante do ponto 1 da Ordem do Dia, nem com a restante Ordem do Dia.

Vamos iniciar pelo Chega, depois o Partido Socialista, depois o “Unir Para Fazer” e, por fim, o Partido Social Democrata. Vou abrir as inscrições. O Chega inscreve-se? Não. Do Partido Socialista, quem se inscreve? Temos o Pedro Martins. Do “Unir Para Fazer”, Daniela Alegria e José. Pinto Reis. E do PSD? André Guimarães. Muito bem, então vamos começar com o Pedro Martins. Por favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (25':37")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. A minha intervenção prende-se com o seguinte. Ontem comemorámos, e muito bem, os 50 anos do 25 de Abril. E sendo certo que o 25 de Abril, pela sua importância histórica, pela sua relevância social e política para o país e para todos nós, individualmente e coletivamente, o 25 de Abril, dizia eu, e as suas comemorações prolongam-se durante todo este ano. Durante 364 dias temos eventos e diversas atividades espalhadas pelo país, tanto a nível do Estado, da Administração Central, como também ao nível das mais diversas autarquias, umas mais empenhadas na comemoração desta grandiosa data, outras autarquias, enfim, menos entusiasmadas com a ideia. Mas isso faz parte da nossa vida política. Mas temos, efetivamente, um ano de comemorações do 25 de Abril.

Provavelmente, até seria de bom tom, a nossa autarquia, a Câmara Municipal, não sei se está planeada ou não, confesso que não tenho esse conhecimento, se está alguma coisa mais planeada ou não, mas seria efetivamente de redobrar alguns esforços no sentido de manter esta data viva, porque durante este ano, tanto ao nível das escolas, como ao nível social, como a nível da própria autarquia ou das autarquias, incluindo as Juntas de Freguesia, seria interessante fazer algo mais para manter viva a chama de Abril.

Dito isto, a outra data importantíssima que se aproxima será a comemoração dos 50 anos do Poder Local e Democrático. Efetivamente, esses 50 anos serão comemorados em 2026. Efetivamente, as primeiras eleições autárquicas livres, porque tudo o que existisse antes de 25 de abril de 74 era uma mera fachada, era um mero formalismo sem validade legal, democrática, enfim, como sabemos, portanto, era tudo uma fachada, tudo aquilo que dizia respeito a eleições, porque havia eleições, mas não eram verdadeiramente eleições livres. Bom. Em dezembro de 76, são feitas, ocorrem as primeiras eleições autárquicas do regime

democrático e, portanto, temos esses 50 anos para comemorar daqui a 2 anos. Bem, dir-me-ão que dois anos é muito tempo. Ainda falta, é verdade. Mas para não nos acusarem a todos, de, por vezes, deixarmos as coisas para a última hora - e, digamos que fazemos um pouco, de certa forma, isso acontece, enfim, é um pouco típico também da nossa maneira de ser fazermos as coisas por vezes em cima do joelho - seria bom pensar nessas comemorações. É verdade que já não será neste mandato, será no próximo mandato autárquico. Não sabemos logicamente que forças partidárias, ou não, estarão no poder em 2026, mas seria útil e seria interessante começar a planear isso. E, eventualmente, até, lançamos aqui, o PS lança o repto de criar uma Comissão que emane, seria a melhor maneira de celebrar o Poder Local Democrático, uma Comissão que emane da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, que poderá ser pensada e organizada ao nível da Conferência de Líderes. Portanto, uma Comissão que prepare, de forma conveniente, essa efeméride.

O Poder Local não é uma questão de somenos, é uma das emanações da democracia, do regime nascido em 74, e trouxe a todo o país, continente e ilhas, trouxe a todo o território e a cada um dos territórios parcelares que são compostos pelos municípios e pelas freguesias, trouxe mais liberdade, trouxe mais justiça social, mais justiça no investimento efetuado de uma forma mais justa por todo o território. E porquê? Porque tinha o investimento e a atuação dos poderes autárquicos. Tinha, finalmente, um escrutínio do povo e, portanto, o voto popular definia, efetivamente, em função do desempenho de cada partido, de cada autarquia, o voto popular definia, em função desse desempenho, quem devia liderar os destinos de cada um dos territórios, de cada um dos municípios, de cada uma das freguesias, e, portanto, não é uma questão de somenos na nossa Constituição e no nosso poder e na nossa democracia. E para mim, é uma das questões de maior relevância, que nasce, efetivamente, entre outras, naturalmente que nasce, efetivamente, do 25 de Abril.

E, além disso, além de levar esse conhecimento e avivar a memória dos nossos concidadãos sobre essa questão do Poder Local, há também a justa homenagem que devia ser feita a todos os autarcas que, em 50 anos, deram de si, neste caso particular de Ílhavo, deram de si à autarquia, tanto ao Município como às Freguesias. A começar logo pelo primeiro Presidente da Câmara, eleito em 76, que, aliás, tem aqui a filha, a Ana Raquel, que foi, de saudosa memória, o senhor engenheiro São Marcos, que eu tive o privilégio de conhecer e que foi o primeiro Presidente de Câmara eleito. E a partir daí, todos aqueles que deram de si para a causa do desenvolvimento da nossa terra. Seria bom pensar sobre isso. Obrigado.»

Daniela Alegria, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (32':22")

«Boa noite a todos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restante Mesa. Senhor Presidente da Câmara, restante Executivo, Senhores Vereadores. Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Público. Comunicação social.

Encerramos este mês de abril com celebrações que merecem uma reflexão consciente e imparcial por parte de todos os que diretamente estão envolvidos na organização e por uma promoção dos respetivos momentos festivos. Assim, começo pelo Feriado Municipal de Ílhavo, no passado dia 1 de abril, que reuniu na Casa da Cultura autarcas, convidados, entidades civis, religiosas e militares, associações e demais cidadãos e cidadãs que nos honraram com a sua presença e sem os quais este dia não faria sentido. Foram homenageados cidadãos e cidadãs de reconhecido mérito que nos brindaram com palavras sentidas, reveladoras do seu percurso enquanto membros ativos da sociedade, cumpridores do exercício de cidadania. Estados de alma à parte que não podem, de forma alguma, ser indicadores referenciais de opiniões, já que os mesmos nos levam a considerações tendenciosas, entendemos este dia como um momento de verdadeiro exercício da democracia ao serem contemplados cidadãos e cidadãs de diferentes cores políticas, sendo exemplo de como de vários quadrantes ideológicos se pode servir a comunidade. Refiro ainda que as comemorações não se resumiram à cerimónia, incluindo outros momentos, tal como o concerto "Cravos, margaridas e outras primaveras", um projeto musical com a prata da casa. Quero ainda felicitar todos os que, pela sua contribuição, têm fomentado o gradual aumento da importância das comemorações do Feriado Municipal.

Ontem voltámos a reunir para celebrar o dia mais aguardado pelas gerações que nos antecederam e que, mesmo em clima adverso, tiveram a coragem de nos dar a vida para que, hoje, pudéssemos estar aqui a contar o que não presenciámos. Pelo menos, os nascidos em 74, como eu, nem todos tiveram a mesma sorte. Para nós, que chegámos ao dia de hoje, é difícil sentir verdadeiramente o que foi ser homem, mulher e criança antes desta data, que foi o 25 de Abril de 74. Sim, ser mulher era muito difícil, era quase pecado nascer fêmea, exceto se estivesse perfeitamente alinhado dentro de uma família que seguisse religiosamente as diretrizes do SPN, instituído em 1945, e tão bem alimentado por António Ferro e que perdura

até hoje. Contudo, ser homem era um desafio diário exatamente pelos mesmos motivos, ser humilde, analfabeto, chefe de família era o que se esperava do homem comum. O crescimento pessoal, intelectual, social e económico era visto como pecado, exceto, claro está, para os privilegiados nascidos na corte.

A Revolução dos Cravos, e que eu prefiro apelidar de golpe militar, teve como objetivo primordial acabar com a guerra do Ultramar. O que veio depois é fruto do caos, do recolher dos cacos. É histórico, está nos livros. Onde o regime acaba, nasce outro, por vezes imperfeito, carente de massa crítica, de uma elite verdadeiramente intelectual. Ainda assim, num país profundamente analfabeto, subjugado e sofrido, quer pelas condições de vida no território, quer pela exportação em massa da nossa juventude, quase só comparável aos barcos negreiros do passado que tanto nos envergonha, os nossos jovens de então foram empurrados, obrigados, a servir numa guerra que não compreendiam. E mesmo assim, conseguimos lançar as bases para um país livre e democrático. Jovens que viram a sua juventude ceifada por traumas, mães que viram os seus filhos irem sem data de regresso, mulheres recém-casadas com filhos no colo, desamparadas num país onde o que lhes sobrava era a caridade de algum familiar e a reclusão total num luto infinito. Era mau demais. Na minha família paterna, uma viúva viu os seus 3 filhos partirem. Regressaram. Na materna, a emigração. Que motivos mais urgentes teríamos para dar fim a um regime ditatorial se não acabar com a guerra? Foi imperfeita a descolonização? Foi, provavelmente. Mas foi a possível na época. E uma vez mais a celebração do 25 de Abril, ontem, em Assembleia Extraordinária Evocativa, promovida pela Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo, foi um exercício de democracia ao ouvirmos os discursos e intervenções proferidos com cambiantes alocados a sentimentos vários.

Termino esta minha reflexão, citando a minha referência que é a génese do Movimento Liberal, esse passado que nos colocou em marcha rumo a um Estado democrata. Moralizar, desaccumular, repartir, produzir são as quatro chaves que podem conter a população. E moralizar é educar, estabelecer igualdade justas, proclamar o código de direitos e deveres. Desaccumular é destruir monopólios nocivos, concessões usurpadoras, privilégios inadmissíveis. Repartir é dividir a população em relação à extensão do sol e à sua fertilidade. Produzir é acumular os meios que podem tornar as subsistências mais numerosas, baratas e gerais. Refiro-me a José Estêvão de Magalhães. Cumpra-se Abril ontem, hoje e sempre, na nossa casa, a Casa da Democracia. Obrigada.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (37':54")

«Boa noite a todos. Excelentíssimo Presidente e restante Mesa. Presidente da Câmara e Vereação. Caros Deputados Municipais. Excelentíssimo público.

Antes de mais, e antes que me esqueça, gostaria de saudar a Daniela pelo discurso que nos apresentou no Feriado Municipal, que foi marcante e foi importante para que marcar a nossa voz nesse dia tão especial para o Município.

Mas aquilo que me trouxe cá é, também, outros dois assuntos. Um que já é passado e outro que é futuro, que são as próximas eleições europeias e as eleições legislativas que tiveram lugar no dia 10 de março.

Não quero fazer de comentador político, apenas expressar a esperança de que haja estabilidade neste período de governação e que aqueles que são os projetos que dependem das decisões do Governo, que dependem da diligência, do trabalho das equipas governamentais, que podem implicar o sucesso ou insucesso destes projetos, esperamos que as coisas corram pelo melhor. Aquilo que a constituição do Governo nos dá é que há alguma esperança. Tem dois ex-Presidentes de Câmara que desempenham funções importantes ao nível governamental e esperamos que sejam os principais defensores das autarquias e que possam facilitar tudo aquilo que é a relação entre as autarquias e o poder central.

Em relação àquilo que se virá a seguir, que são as eleições para o Parlamento Europeu. Eu acho que devemos todos tentar valorizar essas eleições em todo o Município. Acho que era importante que o Município participasse, porque são sempre as eleições menos participadas a nível nacional, quase que apenas os indefetíveis dos partidos que vão participar nessas eleições. E seria extremamente importante que estivéssemos a acompanhar as eleições e a diminuição da abstenção que ocorreu nas últimas legislativas, seria importante que as europeias também estivessem nesse nível de participação e que o nosso município pudesse ser avançado nessa matéria. Depende de todos nós a mobilização, depende dos partidos que estão nas suas campanhas eleitorais e têm as suas equipas, mas é importante que se aposte nesta vertente das eleições europeias, uma vez que, como todos sabem, muito daquilo que é a legislação, que depois vem a ser transcrita para a legislação nacional, vem de diretivas internacionais, diretivas, europeias, e que é importante que nós, os 21 deputados

que lá teremos, tenham a qualidade de trabalho e que nos permitam ser bem defendidos em temas tão importantes como a agricultura, as pescas que são aquelas que, provavelmente, mais nós temos visibilidade, mas que, aos poucos, também, vão aumentando, a questão industrial, a questão da defesa comum e dos negócios, das relações exteriores ou negócios estrangeiros. Basicamente é um apelo a que todos nós nos empenhemos um pouco mais nas europeias para que possamos ter também, aqui, uma construção europeia satisfatória. Muito obrigado.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (42':36")

«Boa noite a todos. Eu tenho aqui uma intervenção que gostaria de dividir em dois pontos e o ponto que mais me apraz é, sem dúvida, falar dos resultados do dia 10 de março. Eu lembro que na última intervenção que tive, nesta Assembleia, referi-me a Luís Montenegro como o próximo Primeiro-ministro de Portugal. E, de facto, Luís Montenegro tornou-se Primeiro-ministro de Portugal. Eu não posso deixar de estar muito contente com isso, não só por causa de ser Luís Montenegro o Primeiro-ministro Portugal, mas sim porque houve uma viragem, uma viragem daquelas em que os portugueses foram chamados e os portugueses souberam a responder à convocatória, souberam sair à rua, como tanto ontem ouvimos falar, exercer o seu direito de voto e manifestaram-se pela mudança. Manifestaram-se pela alternativa, uma alternativa que urgia após anos de governação socialista que pouco nos terá trazido ao nível do desenvolvimento do nosso país. Aqui, em Ílhavo, é de notar que tivemos cerca de 61% de participação eleitoral. E os resultados do PSD é que tivemos um acréscimo de cerca de 2 mil votos comparativamente à última eleição. Portanto, isto advém claramente de um cansaço com a maioria socialista. Advém claramente, também, da capacidade alternativa que o PSD tem para, com moderação e com responsabilidade, manifestar e manifestar-se como uma proposta de desenvolvimento para este país, uma proposta a que, certamente, os jovens desta terra e os jovens deste país souberam também responder. Nós, de facto, e falo, naturalmente, por mim, enquanto membro do PSD, com muito orgulho, como digo, mas estamos cansados de ouvir discursos em que dizem que nós temos que dar a palavra aos jovens, que temos que saber ouvir e que temos que saber falar e que temos que saber responder e temos que ter a experiência. Isso é tudo muito bom, mas também temos que ter capacidade para, efetivamente, imprimir a mudança que é necessária. E sim, tivemos jovens que escolheram essa mudança e que, hoje, querem ver essa mudança também respeitada. Portanto, há que congratular, certamente, a lista por Aveiro, uma lista capaz, diversificada e com pessoas com experiência política. E aqui refiro-me, naturalmente, entre outros, mas refiro-me também, e destacar, Silvério Regalado, Salvador Malheiro e também Emídio Sousa, ex-presidentes de Câmara, Emídio Sousa, em particular com funções governativas. Portanto estamos, acho, que muito bem servidos e acho que temos aqui caminho para futuro. Porque no PSD é assim, no PSD nós sabemos perder, mas também, quando sabemos perder, como de facto, perdemos a Câmara Municipal de Ílhavo, deixamos governar. Deixamos que realmente o Executivo possa, com a responsabilidade, naturalmente, que se exige, que possa governar. E aqui também se exige o mesmo quando ganhamos, que possamos governar, que possamos realmente imprimir esta mudança que o povo português, não foi o PSD, não... foi o povo português que quis e, portanto, que deixem agora este Executivo da governação nacional, que possa, realmente, poder governar, que possa colocar as mudanças que tanto o nosso país necessita. Desde logo, a necessária redução de impostos para que todos nós possamos ganhar mais e não sejamos o terceiro mundo da Europa, que é assim que eu, pessoalmente, me sinto quando viajo deste país, e muitas vezes que não estou nesta Assembleia porque estou fora, e, de facto, nós parecemos o Terceiro Mundo da Europa. E acho que estamos todos cansados disso. Pelo menos o PSD está cansado disso e vai realmente colocar em prática as reformas para que isso possa passar a ser passado e um passado que a gente se possa lembrar, também, daqui a uns discursos que possamos fazer, como o passado que era muito mau e que passámos muito mal e por aí fora, que possamos no futuro ter uma qualidade de vida melhor, que é isso que todos nós queremos. Também queremos isso para o nosso município e também queremos isso para a nossa terra. Eu não sei se vocês também já perceberam, pelo menos é a constatação que eu tenho, é que nós, agora, estamos aqui num clima meio tropical, inclusivamente está a chover, agora, não é? E temos assim este tempo de chuva, alternado com dias melhores que em agosto, dias de muito calor e que as pessoas saem à rua, saem à praia, querem molhar o pé e às vezes não é só molhar o pé, é, também, molhar a perna e molhar o corpo todo no mar. Isto para dizer que, de facto, nós temos um problema, que é o seguinte. O tempo mudou. O tempo meteorológico e o tempo, também, de relógio. O tempo mudou, a época banhar, hoje, que se ainda se fixa regulamentarmente entre junho e setembro, se

calhar, terá que ser revista. Mas até lá, compete também aos agentes territoriais ter em consideração esta alternativa, esta alternância de tempo que estamos a viver. Eu refiro-me naturalmente à questão dos nadadores-salvadores e à afluência das pessoas às praias. Nós não podemos ficar calados e não podemos estar a fechar os olhos àquilo que são os afogamentos que aconteceram recentemente e outros tantos que não aconteceram porque temos surfistas e pessoas com experiência que souberam resgatar pessoas em perigo e que hoje, provavelmente, não estariam aqui a ouvir-nos.

É de facto, importante que se pense em alta. Há medidas alternativas. Eu não estou aqui a acusar ninguém, nem estou a dizer que se calhar vocês também não fizeram no vosso passado e não sei quê. Não interessa. O que interessa é olhar para a frente e para o presente e para o futuro. E, portanto, o que é que se pode fazer para que, hoje, as nossas praias em abril, em que temos dias melhores que em agosto, que as pessoas possam estar na praia e possam sentir-se seguras. É esta a pergunta que eu coloco ao Executivo do nosso Município, porque dos outros municípios temos tido respostas. No Município da Nazaré, por exemplo, temos nadadores-salvadores que são contratados pela própria Câmara e, portanto, temos funcionários da Câmara que são nadadores-salvadores. Nós temos municípios, como Ovar e como Vagos, em que temos protocolos que são assinados com associações humanitárias e com os bombeiros para podermos ter, em tempos a tempos e em situações devidamente tipificadas, nadadores-salvadores na praia. Portanto, o que é que se pode fazer em Ílhavo? O que se pode fazer em Ílhavo é a pergunta que eu deixo ao Senhor Presidente da Câmara. Uma pergunta à qual eu adiciono também aquilo que já se poderia ter feito quanto aos passadiços na praia, porque, de facto, há pessoas que gostam muito de ir ao mar, mas há outras pessoas que gostam mais de ficar na areia ou então que gostam de passear por cima da areia. E aqueles passadiços que foram colocados certamente trazem muitos pedestrianistas às nossas praias, e bem, porque não queremos que elas pisem as dunas e, portanto, nós temos que ter os nossos passadiços sem condições. Condições essas que não estão a acontecer. Nós, desde dezembro, temos os passadiços bloqueados entre a Barra e a Costa Nova. E nós precisamos de saber quando é que nós podemos dizer às nossas pessoas e às nossas gentes que podem ir aos passadiços com segurança, porque, de facto, neste momento não a têm. E se não a têm na terra e se não a têm no mar, então não vale a pena ir à praia, mesmo que estejam 30° e nós queiramos ir e até tenhamos tempo para o fazer. Portanto, sei que Roma e Pavia não se fizeram num dia, mas também se a gente não levantar os problemas também não vamos lá. E para não irmos a Roma, nem a Pavia, porque eu gosto mais de ir à Barra e à Costa Nova, Senhor Presidente, o que é que vamos fazer quanto a isto? Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (51':05")

«Muito obrigado, André. Senhor Presidente, faça favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (51':16")

«Muito obrigado. Agradeço a participação de todos, começando por elogiar, mais uma vez, a reflexão que a Daniela fez aqui, hoje, também aquilo que fez no Feriado Municipal. Elogio da minha parte e penso que se pode referenciar também nos elementos do Executivo que pertencem ao “Unir Para Fazer”, mas talvez toda a Comunidade também valorize isso que disse. Todos tiveram hipótese de dirigir palavras como as suas, não o fizeram, fizeram de outra forma. Também fico contente pela participação e mais contente ainda por todos os homenageados poderem ter dirigido uma palavra a todos os presentes, que foi um ato singular também e de mudança daquilo que é a comemoração do Feriado Municipal, com mais iniciativas onde eu gostava que toda a gente também tivesse estado presente. Não o disse, mas o convite foi geral e foi frisado hoje, também, no início desta Assembleia. Portanto, enviamos, sempre que possível, convites para toda a gente. Tentamos não falhar e, portanto, mais uma vez, reitero aqui os convites a toda a gente para as iniciativas que a Câmara vai realizando.

Refiro-me já aqui ao senhor Pedro Martins. Muitas das vezes estou nos eventos, e até estávamos a conferenciar aqui os três, e é muito raro vê-lo em algum evento da Câmara, mas está preparado para trabalhar em comissões e mais comissões e mais comissões e trabalho e preparação de comissões para comemorações. E agradeço-lhe também a menção que me está a dar, que se calhar, tens que continuar para continuares a fazer alguma coisa como tens feito até hoje. Tudo bem. Portanto, estamos cá, vemos decidir tudo isso em 2025, recordando em dezembro desse 2025 aqueles todos os autarcas que fizeram também - em

25 comemoramos os 50 anos de 1976, penso que é assim - e portanto, até estarei num ato duplo, serei Presidente da Junta e Presidente da Câmara ao mesmo tempo. Penso que nesta história da democracia no Município de Ílhavo não haverá muitos que o possam fazer, mas valorizo todos aqueles que o fizeram e que representaram o nosso Município.

Deixar-lhe-ia também uma nota relativamente àquilo que é o nosso Centro Documentação de Ílhavo que já está a trabalhar nessa matéria há algum tempo e, portanto, se quiser também passar por lá, dizemos-lhe já as iniciativas que estamos a desenvolver e a preparar para depois não haver duplicado de iniciativas, nem ninguém ultrapassar aquilo que é um papel da Câmara e dos seus colaboradores.

Quanto ao Pinto Reis, agradeço também mencionar esta questão das eleições europeias. É importante para nós, no Município, sabermos que precisamos, neste momento, de algumas dezenas de técnicos de informática. Já temos cá os sistemas informáticos para colocar nessas eleições europeias e, portanto, para aderirmos ao voto eletrónico. Portanto, espero conseguir fazer esse trabalho com as equipas, conseguir a participação de toda a gente, com reembolso durante 3 dias, portanto, o aviso, o edital está fixado. E fica aqui o convite à participação de todos e, claro, se pudermos ter os indicadores que tivemos nas legislativas, em termos de votação, ficarei muito contente e satisfeito. Da nossa parte, contem com a dedicação que já começou no dia em que começámos, no dia 18 de outubro de 2021, para que estas coisas todas corram bem.

Quanto às eleições legislativas, tenho um novo governo com quem tenho que trabalhar, como trabalhei com qualquer outro, sem qualquer problema, e com alguns colegas que prezo muito o seu valor e que também participaram comigo em algumas reuniões, e alguns amigos que não foram aqui também mencionados, que são os Chefes de Gabinete do Primeiro-ministro, como o Ratola e outros que estão também no governo e que prezo muito o valor deles e com quem já me comuniquei, como o Pedro, que homenageámos aqui, hoje, e é Secretário de Estado do Turismo, e outros que são referência para mim também em boa governação das entidades em qual prestaram um serviço e até criaram, por sua vez, outras dinâmicas em outras que estiveram, paralelamente.

Portanto, fico grato também por fazerem essas referências, mas também eu não deixei de o fazer na primeira hora em que soube do caminho que essas pessoas estavam a trilhar, dando-lhes os parabéns pelas opções.

Sobre o Município de Ílhavo, sobre o clima tropical, sobre o tempo do relógio que mudou, sabemos também que a hora que mudou, como é reconhecidamente, ainda não estamos acertados com a Europa, mas penso que também vamos lá chegar, agora pelas mudanças que o senhor refere. Mas também queria-lhe recordar que se outros se mantêm na linha da frente, nós também o ano passado tivemos com um dispositivo de praia na época da Páscoa, que resultou maravilhosamente. Este ano, estas mudanças não permitiram que nós tivéssemos esse dispositivo de Páscoa e estava tudo tratado para que assim se tratasse.

Eu não concordo que andemos, em Portugal, a governar a dois tempos, ou seja, a minha opinião, e se lermos a contracapa do Diário de Aveiro, sobre esta questão da época balnear, e vimos a opinião de três Presidentes completamente discordantes, em que o Presidente do lado direito de Aveiro diz que não concorda termos nadadores-salvadores na praia fora da época balnear, a Presidente e Vice-presidente da nossa ANMP, a Presidente da ANMP tem nadadores-salvadores que estão agarrados à proteção civil e, portanto, oferece-lhes um quadro na administração pública e uma carreira profissional, que é preciso definirmos quando definimos essas estratégias, e depois eu não concordo também que isto esteja para a vida toda agarrado a associações. Valorizando muito a ResgatÍlhavo, o esforço, e sentindo que a nossa cooperação e, nomeadamente, no trabalho que o adjunto da Câmara Municipal, Bruno Ribau, tem feito relativamente a essa matéria, com o ISCIA que temos conseguido, ano após anos, mais formandos para o curso que é dado nadadores-salvadores. Este ano já estamos com o segundo curso. Vimos que muitas vezes esses cursos, depois de estarem formados, fogem das nossas praias, pela agressividade do nosso mar, por a dificuldade de se nadador-salvador nas nossas praias banhadas pelo atlântico. E, portanto, isto é um problema. Mas eu gostava que houvesse uma ideia concertada de todos os municípios do litoral para esta decisão se tomar. Eu acho que não estamos aqui a falar de dinheiro, podemos estar a falar de dinheiro. Se passar pelo Instituto de Socorros Náufragos, então fica ele com a gestão e nós estamos aqui para acompanhar. E ficam eles com a gestão, porque eles é que depois validam, eles é que dizem qual é o equipamento, eles é que estabelecem os acordos com a Vodafone quando temos lá os postos de praia, estas coisas, uma série de um conjunto de ferramentas que são utilizadas e que são tratadas com o Instituto de Socorros Náufragos. E a Autoridade Marítima também tem importância nisto, também se tem que falar porque são eles que, depois, aprovam também os programas.

Mas dir-lhe-ia mais. A evolução tem sido tão grande com os equipamentos e com a tecnologia, até a fiscalização das praias e da possibilidade de termos até drones ou outros equipamentos na praia que possam avisar e alertar mais rapidamente as autoridades, que eu acho que o custo disso ainda impede os municípios de poderem chegar lá. Portanto, só uma compra coletiva ou um acordo quadro que pudesse ser é que poderia resultar para isso. Portanto, eu acho que isto tem que ser uma estratégia bem vista. Tive oportunidade de falar com a Presidente da Associação Nacional de Municípios sobre isso, levar este assunto mais acima, para ver se conseguimos ter melhores soluções para o país, nesta matéria. Conte connosco, a partir de junho, com o nosso dispositivo. Penso que nas primeiras três semanas vai ser difícil termos o contingente todo, com uma salvaguarda que eu espero que todos os autarcas reconheçam isto. O contingente não é pago só por nós, também é pago pelos concessionários de praia e a alimentação dos nossos nadadores-salvadores e tudo, a Resgatílhavo tem também zonas dormitórios, zonas de troca, balneários e tudo isso, e tem um armazém para guardar todos os equipamentos. Todas as alterações que advirem daí tem que ser tudo preparado. E, portanto, não é uma coisa tão rápida como nós esperamos. Acho que com algum trabalho vamos lá chegar. Esse pode ser o caminho, a profissionalização pode ser o caminho. Efetivamente, não precisamos de um contingente tão pesado nesta altura, mas precisamos de o ter aprovado. Não sei se as regras são iguais às do verão, mas vamos esperar que haja decisões sobre isso.

Quanto aos passadiços, Eu Não lhe queria adiantar muito porque os passadiços no mês de dezembro estiveram limpos. Sabemos perfeitamente com um ventinho na nossa costa, altera completamente as dinâmicas da nossa orla costeira e os passadiços têm um efeito também de proteção da duna. Utilizamos muito os passadiços para não pisotear a duna. Temos alguns passadiços novos com a Agência Portuguesa do Ambiente que nos financiou em 72 ou 73 mil euros a execução desses passadiços. Nem sempre temos disponibilidade dos fornecedores para nos prestarem o serviço. Vamos limpá-los agora no mês de maio. Temos inclusive um concessionário de praia muito aborrecido, porque as dinâmicas de abastecimento ao seu bar não podem funcionar pela obstrução dos passadiços. No entanto, vamos sentindo, dia após dia, o trabalho que também vamos fazendo para melhorar e eles também. Acho que o caminho está a ser feito nesse sentido, no entanto, vou lhe dizer, é muito difícil de governar esta matéria. Não é para mim, é para todos os que já estiveram antes e será para todos os que vierem no futuro governar isto. Podemos ter lá uma máquina com um balde que cabe 1 m³ ou 2 m³ de areia. Era o ideal porque, em poucas horas, limpamos aquilo, nem que ela custasse 75 euros/hora. Agora não é possível meter lá essa máquina. Não é possível alterar o areal dessa maneira. Temos que pegar na areia e repô-la noutra sítio. Temos que ter *dumpers*. Temos que ter isso tudo. O passadiço debaixo da terra apodrece todo, como sabe. Portanto, o que está lá, neste momento, está em segurança. O que vamos tirar da areia não sei se depois acontece isso. Há quem proponha a utilização de estrados. Como sabem, a Câmara, na praia da bola de Nívea, ao lado do paredão, utilizamos alguns estrados e pomolos lá, na época banhar, mas depois tiramos. Mas penso que também não será a solução desejada das pessoas.

Portanto, deixo-me por aqui estas notas. Penso que está uma referência sobre isto. Vamos fazer isso. Realmente vamos tratá-los da melhor forma para que eles possam ser transitáveis. No entanto, ao pé do molhe dos três picos, entre a Costa Nova e a Barra, temos mesmo uma erosão brutal da nossa costa. Está a ser acompanhada por nós e pela proteção civil, todas as semanas. Até lhe podia dizer quase todos os dias. A Agência Portuguesa do Ambiente sabe isso e não sei se não vamos ter que ir a um dos nossos depósitos de areia que tirámos do Porto Aveiro e recarregar aquela zona. Está muito complicado. O mar avançou mais de 20 m em menos de quatro meses. É naquela zona da Biarritz, onde tem ali as casas por trás, a seguir ao Duna do Meio, depois ali do lado direito, que temos o passadiço também intransitável. Vamos ver o que é que vai dar. Portanto, não temos muito a fazer sem uma decisão da Agência Portuguesa do Ambiente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:02:56")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir a segunda ronda de inscrições. Do Chega? Partido Socialista? Temos o Luís Leitão e o Pedro Martins. Do “Unira Para Fazer” temos o Pedro Cristo e o José Pinto Reis. Do PSD? André Guimarães, a Margarida Alves e o Flor Agostinho.

Muito bem. Vamos então começar. Pedro Martins, por favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (01:03:52")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Relativamente à resposta que me foi dada pelo Senhor Presidente Campolargo, eu gostava de dizer que a polícia de costumes já acabou.

A polícia de costumes é uma coisa antiga. O Senhor Presidente comentar se eu vou, se não vou, se não vou a nenhum evento, estou na minha liberdade de ir ou não. E grande parte dos eventos da Câmara são em horário laboral, em horário de trabalho, e não permitem. Além de que em muitos fins de semana não estou no Município.

De maneira que, Senhor Presidente, primeiro, polícia de costumes acabou. Perguntar aos seus Vereadores se me veem nos eventos ou não? Tenha paciência, Senhor Presidente. Isso não é resposta que se dê.

Olhe, mais valia ter respondido ao repto de Assembleia Municipal e Câmara Municipal trabalharem em conjunto na comemoração dos 50 anos do Poder Local Democrático. Também referiu que, em 2025, vai comemorar os 50 anos do Poder Local Democrático que é de 76. Portanto, o Senhor Presidente quer comemorar os 49 anos do poder local democrático. Não sei se isso é falta de confiança nas eleições de 2025, ou o que é? Não sei, mas se quiser comemorar os 49 anos, força. Mas os 50 são em 2026. Mas volto a lançar o repto, Assembleia Municipal e Câmara trabalharem em conjunto. Era só isso. Obrigado.

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (01:05:28")

«Boa noite a todos. Obrigado, Pedro, pela questão dos costumes porque eu sinto que o recado também era para mim e não tenho propriamente que estar a justificar. Mas gostava também de dizer que, muitas vezes, a participação nas atividades da Câmara, esta e outras, não é caso único, eu acho que as entidades trabalham muito para si próprias, para elas e para os seus colegas e para os seus correligionários. Eu não me sinto obrigado em participar naquilo que eu não posso participar e naquilo que eu não gosto de participar. Vou quando posso e, essencialmente, vou quando quero. E algumas das situações não são, verdadeiramente, motivadoras. A mim não me interessa participar na inauguração, mesmo que venha uma senhora muito importante, de uma pista onde já todos passámos de bicicleta ao fim de não sei quantos meses, num dia de semana. Não interessa a ninguém. O que é que lá vamos fazer? Não é um momento que empolga as pessoas. É mais empolgante andar de bicicleta numa pista ciclável. Não precisa de inauguração. A inauguração é o direito de nós passarmos por ela própria. Mas ainda vivemos um pouco no tempo das telenovelas e daquele famoso "Teodorico não sei das quantas" da novela que inaugurou, ele próprio, o seu cemitério. E muitos de nós andamos a arranjar forma de enterrarmo-nos na cova que vamos abrindo.

De qualquer das formas, eu queria aproveitar para falar um pouco sobre o 25 de Abril. No dia 24, o Partido Socialista organizou um jantar comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, à semelhança do que vamos fazendo sempre ao longo destes últimos anos. Fazemos sempre um jantar comemorativo do 25 de Abril, umas vezes no dia 24, outras vezes no dia 25, por forma a ajustar o calendário à disponibilidade das pessoas. Este ano tivemos a participação da doutora Ana Gomes, uma figura que dispensa, propriamente, apresentação, que nos contou um pouco da sua história de vida e onde é que ela estava no 25 de Abril. Sim, porque ela estava algures, no 25 de Abril, que não fosse propriamente na cama ou debaixo da cama, como alguns se foram encostando à espera de perceber para que lado é que as modas corriam. Portanto, foi um momento muito interessante, onde aderiram bastantes socialistas e também alguns adeptos do 25 de Abril, que, curiosamente, compareceram ali apenas pela vontade de estar a comemorar o momento. E, portanto, tomo nota com agrado do momento e do momento positivo que foi participar no nosso jantar.

Gostava, também, de felicitar a Daniela pela sua intervenção do dia 26. Mas podia ter sido ontem. Foi muito mais feliz, para o meu gosto, do que o seu colega, que abordou, neste caso concreto, teve uma intervenção muito política. Registo com agrado.

De qualquer forma, queria também comentar a intervenção do André. Dizer que eu não gosto, não tenho feito, não gosto de falar no Período Antes da Ordem do Dia, nem em altura nenhuma, que não seja num pequeno à parte, sobre as questões de política nacional, mas não deixa de ser altura também, já que falaste nisto, de deixar aqui também um pouco uma mensagem. Uma mensagem que é, sim, o PSD ganhou as eleições, mas não ganhou as eleições. Quer dizer, aquilo foi uma vitoriazita. Foi, digamos, a vontade de numas circunstâncias em que o poder do Partido Socialista foi mais ou menos como isto, num dia de chuva que ninguém contava, provavelmente, numa tempestade tropical. Ainda hoje, sem perceber os motivos que levaram à inclusão de um parágrafo, tudo mudou.

Mas fiquei com a sensação de que, se havia vontade de mudar, não havia propriamente vontade de ser alternativa ao PSD. E, portanto, ficamos aqui com a história de que tivemos que juntar os votos com os dos nossos amigos para podermos ganhar as eleições, porque se

não tivessem feito uma coligação com um partido que eu não sei se ainda existe, ou não, mas que agora já tem de novo presença na Assembleia, e que registo com imenso agrado porque é um partido com história, mas dá-me ideia que tiveram que dar as mãos uns aos outros para conseguirem mais 100 mil votitos para conseguirem hoje estar no poder.

E é um pouco por esse poder que apelo também a que o poder não deslumbre quem o está a exercer neste momento. Porque, se há uns anos tivemos uma troika onde, com inteligência, se soube gerar um conjunto de compromissos para podermos atingir determinadas metas que considerávamos úteis para o país, alguém que esteve tanto tempo na oposição, que teve que criar, eu diria, ou buscar os seus melhores, ou então criar uma agência de empregos, pelo menos para aquilo que fomos vendo aqui no Distrito de Aveiro, que é pegar nos “Salvados dos autarcas sem destino” e tentá-los colocar nos primeiros lugares da lista para criar, na minha perspetiva, uma agência de empregos, ou então a falta de alternativas de quadros, de dar oportunidade aos jovens, como tu, que mereciam uma oportunidade e não te vi na lista. Vi um conjunto de dinossauros a puxar pelas suas armas e excluir o melhor que por lá tinham.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: Luís Leitão, já acabou o seu tempo.

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: Peço desculpa. Entusiasmei-me com os comentários. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:11:56”)

«Obrigado, Luís Leitão. Pedro Cristo, por favor. Prescinde? Muito bem. Então, José Pinto Reis. Também prescinde. André Guimarães? Também prescinde. Margarida Alves.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:12:35”)

«Caro Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento os Secretários. Caro Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento o Executivo dos Vereadores. Caríssimo público, boa noite. Comunicação social. a quem nos acompanha em casa. Caros Deputados Municipais de Ílhavo.

Eu vou pegar no mote do Luís, porque o Luís tem este efeito, de vez em quando, de provocar a bancada do Partido Social Democrata, mas depois há sempre a contrarresposta. Não fomos nós que ganhámos umas eleições por pouquinho. E ninguém garante que o PSD sozinho não teria mais votos. Não vamos adivinhar coisas e surreais. Se calhar, até poderíamos ter mais deputados eleitos em certos círculos. Mas quero agradecer o facto de me ter chamado dinossaura, porque eu tive a honra de participar na lista de candidatos pelo distrito de Aveiro, em lugar efetivo. E, naturalmente, num lugar que não é o que me deram. Eu é que pedi para me darem, porque, muitas vezes, nós temos que participar de uma forma altruísta. E, naturalmente, Portugal está acima de tudo.

O facto de termos um Secretário de Estado do Ambiente que tem conhecimento dos problemas da nossa costa, que é o Emídio Sousa, é um autarca que sabe perfeitamente os constrangimentos daquilo que nós temos que resolver rapidamente, que afeta o distrito do Porto, Aveiro até Leiria, de forma dramática. Com certeza que será um parceiro interessante, ativo e proativo. E aqui apelo, naturalmente, ao sentido de responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara de Ílhavo de também ser exigente neste trabalho.

Naturalmente que também quero manifestar a satisfação do Castro de Almeida, um homem que sabe bem o que é os PRR, conhece a realidade das autarquias e fiquei satisfeita, como cidadã deste Município, porque, de facto, quero ver concretizada a obra do centro de saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré, ao abrigo do financiamento, poderemos ter estas obras finalizadas, não só para os utentes, mas também para as equipas que trabalham no centro de saúde. Eu espero é que o Partido Socialista sinta a responsabilidade, porque eu sei que se torna difícil porque as pessoas que foram escolhidas, que aceitaram o convite, que apareceram, além de serem jovens, são pessoas que têm mérito, têm currículo. Arranjem sempre episódios onde eles não devem existir. Concordo que esta ação do senhor Presidente da Assembleia da República em que a justiça também não pode estar acima da política. Isto já são novos ventos, novos ares de futuro, porque nós, de facto, temos que diferenciar o que é da justiça da política. Nós temos que perceber que um governo não pode cair só porque cai, e falo do Governo de Portugal, falo do Governo da Região Autónoma da Madeira. Porque, de facto, é, permitam-me a expressão, a montanha pariu uma formiga. Isto preocupa-me. Vejo a nossa justiça, desculpem a expressão que utilizei, a nossa justiça, preocupa-me porque, de facto, o Partido Socialista, o Partido Social Democrata, o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista, o Chega e o Livre têm que pensar numa solução que seja para todos. Todos, todos, todos. Deixar a partidarite e começar a pensar que primeiro temos que fazer uma revisão constitucional. E, de facto, nós temos que avançar, olhar o país de futuro. Uma coisa eu sei, porque já houve capacidade de negociação do Partido Social Democrata,

nomeadamente, até, na escolha do Presidente da Assembleia da República, mas não só. A capacidade de negociação e de resiliência porque o Partido Social Democrata tem uma missão. Vou pegar nas palavras da jovem Ana Gabriela Canavilhas: não há o nós e o eles, somos todos Portugal. Neste caso, não há o nós e o eles, somos todos Ílhavo.

Vou subscrever as palavras do Pinto Reis da importância...

Eu vi o edital que a Câmara Municipal publicou no site, dos informáticos para as eleições europeias. Está a fazer o seu trabalho, a Câmara Municipal. Cabe a cada um de nós explicar a responsabilidade que os cidadãos têm, não só como portugueses, mas como europeus. Porque, a mim, o que me preocupa, além das eleições europeias, é aquilo que vai acontecer em novembro, do outro lado do Atlântico. Isso é que me preocupa, porque terá um impacto muito grande. Ontem tive oportunidade de falar nisso, no discurso. Não podemos deixar de ser assertivos. Pedir, exigir que a Ucrânia esteja integrada no espaço europeu. Corremos o risco de passar fome, corremos o risco de ter problemas graves nas nossas democracias, podem ter atentados a curto prazo. A própria NATO já está preocupada. Isto é uma dimensão superior. Pego no PAOD para falar sobre estes assuntos, porque também foram chamados aqui. Não deixando de relevar o esforço que a Câmara Municipal tem feito de sensibilização, já, imediatamente, agora em março.

Daquilo que me é possível fazer, também espero que todos possam fazer essa publicitação. Não se preocupem porque, de facto, o cabeça de lista do Partido Social Democrata pode fazer as críticas que quiser ao PSD, pode continuar a fazê-las, porque nós somos um partido livre, nós temos liberdade de pensamento. É um jovem com competência, tem 28 anos, tem conhecimento, tem um curso, uma formação superior na área. Sabe o que é estar em Bruxelas, sabe o que é a governação nacional, sabe o que é a governação autárquica e tenho um orgulho muito grande de ter lugar do nosso lado, porque, de facto, foi uma grande escolha. Além da Lídia Pereira que é uma jovem que também faz parte da juventude partidária. Portanto, da minha lista posso dizer, estou muito satisfeita. Não estamos a salvar trabalho a ninguém. Não estamos a ser tábua de salvação para ninguém, porque, senão, eu questiono. Emídio Sousa não tem competência? Silvério Regalado não tem competência? Salvador Malheiro não tem competência? A Ângela não tem competência? A Paula não tem competência? Têm que o provar. Obrigada.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:19:55")

«Obrigado, Margarida. O André tinha prescindido. Sim, e existe mais uma inscrição do PSD.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (01:20:15")

«Senhor Presidente, eu agradeço o facto de me ter permitido vir cá, até porque eu quero agradecer à Mesa que mantém estas atas bem explícitas e atentas à realidade. E relembrar a ata do dia 29 de novembro de 2023, em que, ao minuto 49, o Luís Leitão fala no Período Antes da Ordem do Dia: "ou aproveitar estes 7 minutos para falar algo que é muito importante para o Município e que não tem, necessariamente, a ver com uma visão local, hoje, no dia que se encerrou o principal objetivo dos últimos dias de mandato do Senhor Primeiro-Ministro, António Costa, em que é aprovado o Orçamento de Estado que, para o Partido Socialista, o país agora tem a capacidade, tem mais liberdade, seguramente poderá prosseguir uma trajetória de continuada melhoria, encerrou-se o debate". Portanto, e continua páginas e páginas a falar sobre política nacional. Quando hoje ouvimos aqui Luís Leitão a dizer que não gosta de usar estes minutos do Período Antes da Ordem do Dia para falar de política nacional. Portanto, Luís Leitão, eu só digo uma coisa. Eu percebo porque eu, ali, também, daquele lado às vezes tenho que dizer coisas que eu não gosto, mas eu digo, não é? E, portanto, nem tudo, nós fazemos tudo o que nós gostamos. Portanto, eu percebo.

Eu só queria expressar aqui a minha solidariedade com Luís Leitão, que, de facto, temos que dizer coisas que às vezes não gostamos, no Período Antes da Ordem do Dia, mas assim tem que ser. Portanto, fica aqui estas palavras e fica também as palavras que proferi que, reitero, que acredito que tudo aquilo que o Luís Leitão disse em novembro vai ser ultrapassado com a governação do Partido Social Democrata. Esse sim, que agora tem a responsabilidade de governar e que vai saber aproveitar isso mesmo.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:21:50")

«Muito obrigado, André. Flor Agostinho. Prescinde? Muito bem. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:21:59")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Agradecer a participação de todos.

Vendo como o Município está bem, sinto-me feliz porque as manifestações de alguns problemas, que sempre ouvi falar nesta Assembleia, hoje não aconteceram. Portanto, é sinal que está tudo bem, nem o mau tempo trata mal o nosso espaço público, nem outros problemas acontecem.

Quanto ao senhor Pedro Martins, peço desculpa pelo erro, mas vi que estava atento, desta vez. E, portanto, felicito-o, também, por esse trabalho atento que teve hoje, aqui, nesta Assembleia.

Quanto ao resto, não tenho comentário nenhum a fazer. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:22:37")

«Obrigado, Senhor Presidente. Só uma observação da Mesa ao senhor deputado Pedro Martins. Relativamente ao 50.º aniversário do Poder Local, a Mesa está já a trabalhar. Aliás, é entendimento da Mesa que este trabalho iniciou aquando da organização das jornadas do poder local, que foram levadas a cabo em janeiro. Mas a Mesa gostava que este aniversário fosse também coorganizado com os nossos jovens. Os nossos jovens têm a particularidade de, pelo menos agora e, se calhar, no próximo ano, terem livre a quarta-feira. E o 12 de dezembro não vai ser numa quarta-feira nos próximos anos. Mas tenho a felicidade de dizer que vai ser num sábado, em 2026. Portanto, não sabemos se estaremos cá todos, não é? A certeza é que a Mesa junto dos líderes, é um assunto que vamos levar a Comissão de líderes para a começarmos a trabalhar neste 50.º aniversário.»

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 1. "Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal de 01JAN2023 a 15MAR2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:23:46")

«Vamos entrar no Período da Ordem do Dia com o ponto 1, “Comunicação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal de 1 de janeiro de 2024 a 15 de março de 2024. Começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:24:36")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Espero que o documento tenha sido trabalhado pelos senhores autarcas e, se houver alguma dúvida, estarei aqui para esclarecer ou explicar, após a interação dos mesmos. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:24:52")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos então abrir as inscrições para a discussão deste ponto 1. Começo por perguntar se há inscrições por parte do Partido Socialista. Temos a Diana, o Pedro Martins e a Sónia. Do “Unir Para Fazer”, o Rui Rufino. Mais ninguém? Do PSD. Margarida Alves e André Guimarães. Do Chega não há inscrições.

Vamos então começar pelo Pedro Martins. Pedro Martins, por favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (01:25:55")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Da atividade municipal, a questão que eu gostava de trazer aqui tem a ver com o assim chamado *Masterplan* ou plano estratégico. Nem vou fazer comentários ao facto de se utilizar um anglicismo para comunicar com os munícipes ou com os autarcas, mas, enfim, não é por aí, não tem grande relevância, mas enfim.

Ora bem, *Masterplan* da Gafanha da Nazaré. Aqui na atividade municipal, documento que é assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, apesar, se bem sei, é um pelouro do vereador João Diogo Semedo, é aqui referido, em duas linhas, que continua, neste momento, em elaboração, acrescentando que se encontra em preparação uma sessão participativa com a comunidade, no âmbito do desenvolvimento deste estudo.

Bom, eu sei que é a Câmara Municipal que gere a comunicação da forma que entende melhor. E, portanto, vai comunicando ao órgão fiscalizador, que é a Assembleia Municipal, em função da sua gestão política ou da sua gestão, enfim, dos dossiers. Mas, por vezes, ficamos com dúvidas, porque, ainda há pouco, no ponto anterior ou no PAOD, portanto, no Período Antes da Ordem do Dia, relativamente às comemorações dos 50 anos do Poder Local Democrático, o Senhor Presidente limitou-se a dizer que já está a ser preparado pelos serviços, mas o quê? Nós não sabemos. Podem dizer, nem temos nada que saber. Não sei, talvez devêssemos saber alguma coisa acerca desses trabalhos preparatórios, se é que, efetivamente, eles estão a ser feitos, e eu não vou pôr isso em causa, mas seria útil. Olhe, vi um antecessor seu que explicava tudo exaustivamente de uma ponta à outra e ainda hoje, na prática política dele, continua a fazê-lo, ou seja, honrando os adversários com as respostas que se impõem, neste caso, à Assembleia Municipal. Bom, mas o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores gerem a informação como muito bem entendem e se não quiserem dizer nada é a nós que não dizem, mas também é ao município. Pronto.

Relativamente a este ponto, este estudo estratégico da Gafanha da Nazaré, que eu julgo que tem a ver com o centro da Gafanha da Nazaré, eu sei que não é um trabalho fácil, reconheço que não é um trabalho fácil e que sucessivas câmaras municipais pouco ou nada fizeram. Eu recordo-me que, mesmo nos mandatos do presidente Ribau Esteves, lembro-me que no primeiro mandato dele, salvo erro, foi feita uma requalificação da Avenida José Estevão de uma ponta à outra e efetivamente trouxe uma melhoria àquela que é, por assim dizer, a centralidade da cidade da Gafanha da Nazaré, que é a sua Avenida José Estêvão. Mas pouco mais fez, nesse aspeto da requalificação do centro ou de uma transformação do centro da cidade da Gafanha da Nazaré. Lembro-me, vou trazer aqui um mandato, que o Flor Agostinho vai ficar, enfim com os pelos eriçados, mas vou trazer aqui o mandato do doutor Humberto Rocha, 93 / 97, portanto. Muitos de nós cá estávamos. Eu por acaso não estava, pelo menos na Assembleia Municipal, nem na Câmara Municipal, mas lembro-me bem. E no mandato... Olhe, eu falo do Humberto Rocha e deixou de chover. Portanto, como veem, enfim, quem lá está em cima sabe o que é que faz e até consigo comunicar melhor.

No mandato de Humberto Rocha, criou-se, de certa forma, tentou criar-se o centro no Largo do Dóri, na Cale da Vila. Foi no mandato de Humberto Rocha que se tentou criar ali uma certa centralidade, mas que é pouco, eu reconheço, mas tentou, ali, criar-se um espaço que podia ser mais facilmente fruído pelos locais, pelos moradores daquela zona e todos aqueles que a frequentassem. No mandato do engenheiro Fernando Caçoilo, no último mandato, salvo erro, do engenheiro Fernando Caçoilo, do PSD, foi feito aquele parque de estacionamento na Avenida José Estêvão, um junto à farmácia Branco, mais ou menos em frente à farmácia Branco. E muito útil, não há dúvida nenhuma. Essa intervenção foi muito útil e trouxe ali realmente facilidade. Fundamentalmente, trata-se de um parque de estacionamento. Trouxe ali alguma facilidade no estacionamento aos utilizadores da Cale da Vila, do comércio, da farmácia, enfim, toda aquela área e dos próprios moradores. Mas o que é que nós concluímos daqui. É que todas as intervenções que têm sido feitas para tentar, digamos, requalificar, melhorar, criar centralidades na cidade da Gafanha da Nazaré, e volto a dizer, concretamente, naquele eixo da Avenida José Estêvão, têm sido intervenções pontuais, sem uma ideia efetiva de uma estratégia global para aquela área, sem desprimor para a intervenção que referi desse mandato do PS, sem desprimor para a intervenção do PSD, do engenheiro Caçoilo. Mas tudo intervenções pontuais.

Bom, aquilo que a Gafanha da Nazaré precisa é, realmente, de uma ação transformadora daquele centro, provavelmente criando mais do que um só. Porque aquele centro é difuso, uma avenida com aquela extensão e que acaba por ser o centro da Gafanha da Nazaré, aquilo é difuso e a leitura de uma centralidade, ali, é difícil fazer. Temos o centro da Igreja, que é mais um centro religioso e administrativo, também, cada vez mais comercial. Temos um centro comercial da Cale da Vila, mas pouco mais temos. Portanto, há realmente que fazer um trabalho profundo ali. Reconheço a dificuldade. Durante os últimos anos, na gestão da autarquia, houve sempre a desculpa, por assim dizer, a justificação de que pouco era possível fazer porque não havia fundos comunitários, que houve programas, efetivamente houve programas, mas que cingiam a intervenção às sedes dos municípios. E, portanto, no caso concreto do município de Ílhavo, a Gafanha da Nazaré nunca pôde ser contemplada com fundos comunitários para esse tipo de intervenção. Mas a verdade é que a Câmara não

se pode escurar, seja lá qual for a Câmara, não se pode escurar com a falta de financiamento comunitário. Portanto, há que, efetivamente, trabalhar e fazer um investimento que aquela cidade precisa já há muito tempo.

Um apelo também ao seguinte. Uma sessão participativa pouco conta para o repensar da centralidade na Gafanha da Nazaré. Todos nós sabemos como é que funcionam essas sessões participativas. Pouco *know how* científico ou técnico ou conhecedor é aportado por esse tipo de atividades. Acho muito bem que se façam. Também já participei em algumas, fossem organizadas pelas mais diversas entidades. Poucas, mas algumas. Ora uma sessão participativa é pouco. Ainda por cima no quadro do poder atual no município de Ílhavo e da composição da Câmara Municipal, o Executivo tem que ponderar uma resposta e tem que pensar a estratégia, digamos, em conjugação de esforços de todos os partidos, partidos e movimento, que compõem o poder local autárquico atualmente no Município de Ílhavo. Portanto, tem que haver mais do que uma sessão participativa e tem que haver realmente um trabalho de todos.

Para concluir, também não sabemos, confesso que não sei, provavelmente já haverá alguma coisa, se já foi entregue algum plano, já foi contratado algum gabinete de planeamento e gostávamos também que fosse esclarecida essa questão, relativamente a este ponto. Muito obrigado.»

Sónia Fernandes, Grupo Municipal do PS: (01:34:25")

«Boa noite a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e membros da Mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. Caros Deputados e colegas da Assembleia Municipal. Caro público e comunicação social.

Da análise do relatório da atividade municipal, concretamente no que diz respeito aos fundos comunitários a que o município se candidata, ou pretende candidatar, resulta claro que o “Unir Para Fazer” anda à boleia, ao invés de assumir o papel de condutor dos destinos do Concelho. Bem sabemos, e o discurso de Posse do Senhor Presidente também o indicava, que há condições para que os fundos comunitários não sejam a única fonte de investimento municipal. Mas a verdade é que o saldo de gerência não para de crescer, o que deixa claro que o “Unir Para Fazer” escolheu não mobilizar os recursos próprios do orçamento municipal. Portanto, não podemos deixar de olhar para os projetos municipais financiados por meios comunitários para avaliar a capacidade de concretização desta maioria.

Realço que foi graças ao governo anterior do Partido Socialista que foram criadas as grandes oportunidades na área da saúde, educação e habitação para este município e que serão, muito provavelmente, inauguradas por ministros do PSD que em nada contribuíram para a sua concretização.

Li no relatório da atividade municipal, não sei se fico chocada ou me sinto enganada, porque é assim que os munícipes de Ílhavo deveriam sentir, após ouvirem o Senhor Presidente anunciar, durante o Feriado Municipal, um investimento de 35 milhões de euros até outubro de 2025, com candidaturas a fundos comunitários.

Os grandes projetos apresentados neste plano de atividades foram-lhe entregues em tabuleiro, Senhor Presidente, pelo anterior governo do Partido Socialista. E volto a referir, do Partido Socialista.

E posso-lhe dar alguns exemplos: na saúde, temos a requalificação e ampliação do Centro de Saúde de Ílhavo, num valor de 1.724.000 euros; a requalificação e ampliação do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré, num valor de 2.700.000 euros; temos, na educação, a requalificação da Escola Básica José Ferreira Pinto Basto, a requalificação da Escola Secundária Doutor João Carlos Celestino Gomes e a requalificação da Escola Básica Professor Fernando Martins, na Gafanha da Nazaré, que totalizam aproximadamente 20 milhões de euros. Ou seja, em saúde e educação estamos a falar em mais de 24 milhões de euros que não são mais do que obras deixadas pelo Partido Socialista. Podemos ainda falar na habitação. Todos os grandes investimentos anunciados, neste relatório de atividades, em mais de 8 milhões de euros não são mais do que o fruto da estratégia nacional de habitação definida pelo que é, agora, o Secretário-Geral do PS, enquanto ministro do anterior governo do Partido Socialista. Importa realçar que todos estes investimentos serão financiados a 100%, ou seja, sem que isto emagreça os cofres do município. Ainda assim, urge saber onde estão, realmente, os investimentos da Câmara Municipal e do “Unir Para Fazer” para o desenvolvimento deste município? Qual a estratégia para os 35 milhões que anunciaram? Porque até aqui estão apenas a beneficiar do que foi deixado pelo Governo do Partido Socialista. E a resposta, posso-lha dar já: não há. E isso é o que espelha neste plano de atividades com ações pobrezinhas e de pouca ambição.»

Rui Rufino, Grupo Municipal do Movimento ‘Unir Para Fazer’: (01:38:25”)

«Boa noite. Senhor Presidente da Assembleia. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Caros deputados. Estimado Público e que apresentam as suas casas.

Numa das últimas sessões da Assembleia Municipal fomos criticados por, ao longo do nosso mandato, não estarmos, efetivamente, a agir, nem intervir de forma visível naquilo que são as necessidades do nosso Concelho, chegando-se ao ponto de considerar que o slogan de campanha para as eleições legislativas que pedia mais ação quase parecia dirigir-se a nós e não aos próprios que publicitaram, como era efetivamente o caso. Como é óbvio, esta ideia de que não estamos a fazer não é de forma alguma correta pelo que, apenas recorrendo a este relatório da atividade municipal, entre 1 de janeiro e 15 de março do corrente ano, vou procurar mostrar como o Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo, do “Unir Para Fazer”, desenvolve inúmeras ações visíveis com repercussão sobre a vida dos municípios. Vou avançar, então com alguns exemplos, entre muitos possíveis.

Começamos pela requalificação dos equipamentos e infraestruturas mencionando. As intervenções junto às escolas, de forma a aumentar a segurança, com novas vias de acesso e vias complementares. A inauguração do corredor PAMUS percurso 11, entre a Zona Industrial da Mota, na Gafanha da Encarnação, e o Complexo Desportivo da Gafanha Nazaré. A continuação das intervenções realizadas nos passadiços nas praias da Barra e da Costa Nova, tendo sido realocizados alguns passadiços de forma a permitirem a sua função dentro do ecossistema dunar. A intervenção na Costa Nova, na frente ria, entre o Clube de Vela e os Campos de Ténis, pretendendo-se tornar este espaço mais agradável, com percursos pedonais, bancos e espécies arbustivas, de forma a proporcionar aos municípios o uso deste espaço que estava abandonado. Estes são exemplos claros do que já foi ou está a ser feito. Ações visíveis que se estão agora a materializar em algo concreto no nosso município. Mas importa também considerar que a ação começa logo no momento em que se estão a criar condições para a realização de uma obra. A planificação, a idealização, o momento da elaboração de um projeto também são ações e são ações absolutamente necessárias para que, um dia, essa obra, esse desígnio porque todos nos empenhámos possa ser realística e efetivamente concretizada. Isto significa, portanto, que, antes de proceder à execução de um projeto ou de uma obra, teremos de desenvolver uma série de ações e garantir o cumprimento de um conjunto de trâmites, de forma a possibilitar a sua concretização. Importa então destacar alguns desses projetos e o respetivo ponto da situação.

A abertura de um procedimento para alteração do campo de minigolfe em Ílhavo, quase sem utilização, para que seja substituído por um *Pump Track*, espero ter pronunciado bem este anglicismo, uma pista para ciclismo penso que também conhecida como pista de bombear, sendo a área ainda complementada com a instalação de um campo de Padel.

A realização do inventário do equipamento necessário para cada uma das Escolas a requalificar, de forma a que estas necessidades estejam também mencionadas na candidatura a submeter, uma vez que foi publicado um novo aviso, no âmbito das intervenções a realizar nessas escolas, que garante também o financiamento do mobiliário e dos equipamentos. É necessária atenção, diligência, ação para não desperdiçar nenhuma oportunidade de potenciar, ainda mais, os projetos que vamos concretizar. A conclusão dos projetos da reabilitação dos centros de saúde e que foram já submetidos à Administração Regional de Saúde do Centro para a emissão dos pareceres necessários para, em seguida, se proceder ao lançamento das empreitadas para a concretização destas obras. A submissão de candidaturas no âmbito da Estratégia Local de Habitação no número de fogos habitacionais superiores ao que constava desta mesma estratégia na altura em que foi elaborada. Os procedimentos para a elaboração de vários projetos para a Escola Básica da Gafanha da Encarnação Norte, para arranjos exteriores para a zona norte da paria da Barra, para o Parque Urbano de Ílhavo, na Malhada, e para a recuperação do edifício do Esteiro da Malhada, onde se pretende instalar uma biblioteca gastronómica dedicada ao estudo dos produtos endógenos da Ria de Aveiro. A apresentação do projeto vencedor do concurso de ideias para uma nova Ponte da Vista. Alegre, obra que será uma referência em termos arquitetónicos e uma marca do “Unir Para Fazer”.

Uma palavra também para as ações realizadas no setor do ambiente, destacando a recolha de resíduos nos grandes produtores e a preparação da distribuição de combustores aos municípios. Porém, agir ultrapassa em muito este âmbito mais direcionado para aquilo que é material, a dimensão humana que protege e cuida dos outros ou que os estimula a intervir e a participar na vida pública do seu concelho resulta de ações tão ou mais importantes para nós. Falemos então da maioridade, tendo claro que continuar a destacar o trabalho do inovador Laboratório do Envelhecimento, o qual, neste período, realizou 319 ações com a participação de investigadores, pessoas mais velhas, artistas, professores, alunos, enfim, a

comunidade em geral. No que respeita ao apoio social, importa assinalar o aumento das respostas sociais através, por exemplo, do atendimento social integrado, prestando-se, neste momento, mais serviços com maior qualidade em mais locais de atendimento ao público, com mais técnicos e mais apoios económicos neste campo. Referência ainda para o aumento do número de bolsas de estudo do ensino superior, mais 12 que no ano passado.

Relativamente à participação cívica, saliente-se o lançamento do segundo Orçamento Participativo de Ílhavo, tendo sido já promovidas duas sessões de esclarecimento em todas as Juntas de Freguesia, procurando envolver o maior número de pessoas para que este projeto também se desenvolva em crescendo. Ainda sobre o incentivo à participação dos cidadãos, acrescento a preparação da sessão pública participativa sobre o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável que, entretanto, já se realizou, e para a sessão pública participativa sobre o estudo estratégico do *Masterplan* para o Centro da Gafanha Nazaré, que será realizado nos próximos dias.

Uma alusão especial agora para a cultura, na medida em que as ações desenvolvidas neste campo podem parecer invisíveis ou inexistentes, mas também sejam as que mais marcam o desenvolvimento integral de cada um de nós, nem que seja apenas pela fruição de um momento diferente nas nossas vidas. Referência para o Museu Marítimo de Ílhavo, por um conjunto de ações realizadas sobre os eixos do bicentenário da Fábrica da Vista Alegre e dos 50 anos do 25 de Abril, pautando-se por uma programação diversificada com exposições, conversas, visitas e oficinas. Também se deve mencionar o trabalho do Estaleiro - Estação Científica de Ílhavo, o qual dinamizou, neste período, 92 ações, recebeu mais de 1.200 visitantes, tendo sido desenvolvidas várias sessões dirigidas aos alunos dos primeiro, segundo e terceiro ciclos de escolaridade dos Agrupamentos do nosso Concelho. Relativamente ao 23 Milhas, um dos destaques vai para o Palheta - Festival de Robertos e Marionetas, que apresentou uma programação variada e dirigida a todos os públicos. Público esse que aderiu em grande número, chegando a esgotar alguns espetáculos e sessões. Sim, eu sei. São tantas as ações que devem estar cansados. Falta pouco, até porque eu não conseguiria enumerar todas as ações realizadas pelo Executivo Municipal.

Permitam-me apenas mais uma referência, ainda no âmbito do 23 Milhas. Não podia deixar de salientar a programação que se prolongou pelo segundo trimestre dedicada à comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, tendo sido concretizadas, já no período respeitante ao relatório de análise, várias atividades, culminando no espetáculo que se realizou, precisamente, no último dia sobre que incide este relatório, 15 de março, com um concerto do Sérgio Godinho, que esgotou a Casa da Cultura de Ílhavo. Ao longo deste ano, podemos constatar que, afinal, já não é necessário ir a Águeda ou a Oliveira do Bairro para vermos a nossa maior casa de espetáculos cheia. Os dois primeiros trimestres deste ano apresentaram uma programação absolutamente excepcional, capaz de agradar a diferentes e numerosos públicos e na próxima Assembleia cá estaremos para assinalar novamente este feito e dá-vos conta dos espetáculos inesquecíveis que tiveram lugar nos últimos dias.

Pouco a pouco vamos caminhando para essa articulação tão desejada entre eventos culturais com os artistas da nossa terra e os de fora, selecionando entre estes últimos aqueles que representam verdadeiras mais-valias capazes de entusiasmar e levar a adesão do público. Está de parabéns todo o Executivo, em especial a vereadora Mariana Ramos. Os meus parabéns por tudo o que já se conseguiu fazer este ano.

Tudo isto que elenquei, podendo ainda mencionar muitas outras atividades, provam o dinamismo e a pluralidade das ações deste Executivo, ficando claro para todos que o marasmo de que a oposição insistentemente fala não passa de uma fantasia negacionista, de uma ação determinada, direcionada, e começa a tornar visível um município mais moderno e atrativo. Para o movimento “Unir Para Fazer” agir não é meramente uma palavra vã, um slogan de campanha eleitoral. É algo que marca a nossa prática diária. Fazer, faz parte do nosso nome, mas como já disse várias vezes, não fazemos por fazer. Fizemos e vamos continuar a fazer porque a nossa ação quer tornar o nosso Concelho mais ajustado aos tempos que vivemos e às necessidades dos munícipes, procurando também que o Concelho de Ílhavo, independentemente da Freguesia em que se viva, seja cada vez mais coeso, pois inspira-me o que o senhor Presidente da Câmara disse há pouco tempo e muito bem. Trabalhamos para unir e não para dividir. E parafraseando Carlos Tê numa popular canção de Rui Veloso, aquilo que nos une tem que ser incomparavelmente maior que aquilo que nos separa. Como disse a Margarida, somos todos Ílhavo e é assim que continuaremos a trabalhar em prol do bem comum.

O resultado das nossas ações falará por nós. O futuro falará por nós.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:48:52")

«Boa noite, novamente.

Não querendo saber ser advogada de defesa de ninguém, mas eu gostava de que o Partido Socialista me justificasse porque é que desde 2016, que fez a promessa do Centro da Gafanha da Nazaré, nada concretizou. A promessa veio do Senhor Secretário de Estado, à visita das instalações e zero. Zero cêntimos, zero atribuição. Foi sempre uma batalha da Câmara Municipal liderada pelo Partido Social Democrata e é uma causa também para este Executivo, sem exceção com certeza. Mas, de facto, temos que perceber que o Governo do Partido Socialista não deixou nada porque isto está ao abrigo do PRR e quem tem que fazer candidatura é a Câmara Municipal. Do Partido Socialista, como Governo, fez zero.

Agora, eu falei aqui, naturalmente, porque também faz parte da atividade do Senhor Presidente é que, e da minha parte terá todo o apoio de ser exigente com o ministro Castro de Almeida, para que se concretizem estas duas obras tão necessárias, naturalmente. Porque a candidatura está feita, está tudo programado, portanto, nós queremos isto no terreno o mais rápido possível.

Depois de ouvir o Rufino, de facto eu vou fazer uma provocação. Senhor Presidente, eu acho que deveria, em vez de termos um documento de 122 páginas, o Rufino poderá fazer um texto resumo de toda a sua atividade, que é um bocadinho mais abrangente em termos de interpretação. Acho que seria... ajudava-nos imenso e acho que nenhum dos Deputados Municipais levaria isso a mal. Pronto, é um bocadinho por aí. As fotografias seriam mais de atividades lúdicas e obra ainda pouco, e eu gostaria de ver mais obra concretizada. Mas já dei, aqui, a dica de duas que indo para o terreno, de facto, terão um impacto muito grande para as pessoas.

Senhor Presidente, eu tenho aqui uma questão a colocar, porque fala, aqui, no valor absoluto, mas o valor absoluto que mais me chamou a atenção é que a dívida a fornecedores cifra-se em 1.1 milhões de euros, em março de 2024, o prazo de liquidação 30 dias. Estamos a 26 de abril e continuamos com um valor tão alto de pagamento a fornecedores? Porque, é uma questão direta: passou um mês. e como é que estão os compromissos do Município relativamente a estes fornecedores? Se, de facto, no mês de abril liquidou, a Câmara Municipal, 1,1 milhões de euros a relativamente a serviços que estão na Atividade do Senhor Presidente.

Entretanto, há outra coisa que eu acho curioso é que, aqui, nós também tínhamos essa causa da dívida bancária, de baixar a dívida bancária. Eu ainda não fiz as contas, de facto não as fiz, mas com a redução de capital, que houve, em dívida à banca, considero que o valor que está aqui apresentado, para o primeiro trimestre de 2024, pode ter algum desvio. Não vou naturalmente cobrar isto porque, com certeza, serei eu que estou aqui errada, mas se, de facto, é este valor que se assumiu de juros, naturalmente, é sempre bom baixar a dívida bancária, que é um comprovativo que, muitas vezes, o baixar a dívida é mesmo uma boa política. Muito obrigado.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (01:53:22")

«Quero agradecer ao Rufino aqui pela resenha da atividade municipal. E deixo, também, um conselho. Eu percebo. Eu no mandato anterior fazia esse papel. Tínhamos reuniões preparatórias e o presidente Caçoilo, eu vou cometer uma confidência, eu acho que a minha bancada vai-me permitir, o presidente Caçoilo, dizia assim, era importante apontar este ponto e este e este, isso é para o André; este, este, este, este e aquele. E o André dizia assim, Presidente, se calhar, isso depois vai espetar, assim, seca ao pessoal e assim. A gente aponta só um ou dois que queremos destacar que são aqueles que, realmente, as pessoas vão ecoar, porque depois se são assim muitos, a gente, depois, não vai lembrar, não lembra. Mas é assim, oh Flor, eu até prefiro isto do que aquelas páginas e páginas e páginas que atiram, assim, prá gente ler.

Mas pronto, dentro dessas páginas todas eu encontrei aqui coisas até um bocadinho interessantes. Bem, encontrei porque fui à procura daquilo que queria. Não andei aqui a ler tudo, também, não é? Pronto. Então é assim.

Eu quero falar sobre a questão da habitação porque há aqui, a página 70, que, portanto, fala sobre a habitação. Antes de mais, começa assim com uma frase, portanto, isto é sobre a Estratégia Local de Habitação. Na verdade, não é a página 70, é 69, peço desculpa. Por imposição do... portanto, sobre a Estratégia Local de Habitação. A estratégia elaborada... portanto, por imposição do caderno de encargos fechado pelo Executivo anterior, a Estratégia elaborada não refletia a visão que se pretendia implementar no âmbito das questões tendentes à habitação e foi fechada com um diagnóstico claramente aquém das necessidades reais. Diagnóstico esse deficiente também pela falta de colaboração das diversas entidades.

Então, é assim. O diagnóstico, de facto, a Estratégia Local de Habitação foi alvo de avaliação nesta Assembleia e nós avaliámos, eu próprio vim aqui falar sobre ela, e, de facto, podemos concordar que o diagnóstico podia ser melhor. Dito isto, acho que não ficaria mal ao Executivo, nestas páginas, já que gosta de escrever tanto, escrever também que este projeto, este processo da Estratégia Local de Habitação foi feito à pressa. Basicamente o que nós tivemos foi um Governo do Partido Socialista que atirou para os municípios a responsabilidade de dizer assim, a habitação é um problema vosso e a gente até está disposto aqui a dar algum dinheiro do PRR para os municípios investirem na habitação, mas os municípios que se desenrasquem, não é? E, portanto, claro, quando é assim, como em muitas coisas que pelo menos o Governo passado e os Governos passados do Partido Socialista nos habituaram e habituaram os municípios, de facto, veem-se os municípios embrenhados em trabalhos para os quais, para além de tudo aquilo que já tem que fazer, para aquilo que é o real trabalho de rua com as comunidades, de facto, depois, veem-se embrenhados em mais estratégias e mais problemas, em mais embaraços burocráticos. E depois, claro, que depois aquilo que realmente importa, depois, pode ficar aquém. Então acho muito bem que se possa fazer essa revisão. Agora, aquilo que eu pergunto é o que é que eu posso esperar dessa revisão? Porque neste relatório de atividade municipal eu não tenho informação sobre as componentes que foram alteradas desta Estratégia. Eu tenho candidaturas e tenho um rol de projetos candidatados, mas eu não tenho as opções ou o diagnóstico que foi alterado ou as opções que vão ser colocadas ou as pessoas que vão ser envolvidas ou os números e os objetivos e as metas daquilo que nós vamos ter em habitação no nosso município. Gostava, então, por isso, de obter, em sede de esclarecimento, essa informação. Porque, de facto, o que eu tenho aqui e continua a ser, portanto, já na página 70, uma apologia à questão da habitação social, e bem, porque se, de facto, a habitação social é para as pessoas que estão numa condição mais precária, sem habitação, não há desenvolvimento humano. Portanto, precisamos ter resposta a esse nível e acho muito bem que a haja.

Outra questão e outra preocupação que eu tenho é se, de facto, essa habitação social está a ser pensada de uma forma integrada no território. Eu coloco aqui, deixo aqui a minha salvaguarda de que vou estar atento a esta questão, porque eu acho que, da mesma forma que se falou, aqui, de alguma questão sobre o ordenamento do território e de opções que, hoje, vemos que foram opções falhadas e que, hoje, carecem de *Masterplans* e outros planos corretivos para isso. Deixo também aqui, à consideração, isto é como uma consideração que faço, se, de facto, nós estamos a fazer o caminho certo ao nível do planeamento territorial para ter estas habitações sociais nos sítios correto. E se não estamos a colocar, aqui, entraves ao desenvolvimento nas gerações futuras, que são sempre aquelas que nós gostamos muito de falar nos discursos do 25 de Abril, e não só. Portanto, acho que seria algo a ver.

E depois, pronto, tenho aqui alguns valores de candidaturas e de candidaturas que vão ser feitas. Há aqui três candidaturas para aquisição de fogos prontos a habitar, no total de 72 frações. Pergunto se isto também serão 72 frações, melhor dizendo, para habitação social ou para habitação “não social”

E, para já, deixo estas questões, porque, depois, mediante as respostas, posso ter outras mais dúvidas. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:59:29”)

«Muito obrigado, André Guimarães. Senhor Presidente, passo-lhe a palavra.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:59:38”)

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Bem, eu até começava aqui pelo senhor André Guimarães, que seria mais fácil o senhor pedir uma explicação do que não sabe do que estar a falar das coisas assim tão apaixonadamente. Mas vamos tentar dar-lhe algum saber daqui a um bocadinho. Eu vou pedir até ao meu vereador, porque nós, aqui, uns, cada um, cada macaco no seu galho, desculpe o termo e a expressão e que não me levem a mal por isso. E, portanto, todas estas coisas são importantes para nós, mas não me perco com esses discursos apaixonados que o senhor faz sobre estas matérias, muitas das vezes nem sabe de onde é que elas vêm, o que é que elas são, porque referiu ou deixou de referir. Daqui um bocadinho já vamos ver isso tudo.

Mas eu acho que há aqui uma coisa notória que eu hoje percebi. É que toda a gente está muito contente com a transparência da nossa governação. Com os dados que são dados, com as referências que são apresentadas e com os números porque pouco se fala sobre isso. Portanto, não há dúvidas que estamos no caminho certo de uma correção de uma atividade

que já foi muito mais questionada sobre o documento, que é curto, que é longo, escreve muito que se escreve pouco.

E quando nós, se falarmos pelo ambiente, pensarmos que ainda há bem pouco tempo conseguimos meter, na estratégia dos biorresíduos, 225 contentores nas mãos, juntamente com os nossos presidentes das Juntas, nas mãos dos nossos municípios. Se conseguimos realizar, mais uma vez, uma quarta reunião com os nossos empresários para saber quais são os problemas reais do nosso território para definirmos uma estratégia, cada vez mais, acertada com aquilo que nós queremos fazer. E se temos também uma estação náutica que é forte pelos seus 47 elementos e conseguimos ainda ter mais 2 elementos associados, também está, nesse mesmo documento, esse trabalho que é feito. E se estivemos também numa Bolsa de Turismo de Lisboa e se formos empreendedores com os outros municípios da CIRA. E tivemos a nossa Vereadora responsável por representar aquilo que são as Estações Náuticas da Região de Aveiro, e porque somos realmente escolhidos pelo trabalho que vamos fazendo e que tem a ver também com o desempenho da nossa Estação Náutica. Mas também não podemos deixar, como nota de rodapé, aquilo que é a evolução da visitação do nosso município e que são os números astronómicos que começamos a ter e os destinos de referência que vamos tendo e são referência daqueles que são os nossos parceiros, como a AHESP, Turismo do Centro, etc., etc. E quando vimos que há 118 novos eventos a acontecer ou alterações de alguns eventos para que aconteçam e que os programas sejam mais valorizados e 17 novos produtos com interesse e que também são apresentados por nós, acho que é uma estratégia acertada para o município. E também, como o Rufino disse, e não estava à espera que fizesse um trabalho para mim, peço desculpa, mas estava à espera que os comentários fossem feitos desta forma, porque já não há grande surpresa nesta sala sobre algumas matérias. A mim nada me surpreende. Quando nós pensamos, é fácil dizer com os outros também já estamos a pensar. Portanto, isto é sempre fácil, assim.

Portanto, também vejo que, dentro da nossa estratégia, também conseguimos colocar mais de 20 acontecimentos por mês nos nossos espaços culturais, em 52 acontecimentos, em 82 sessões, em quase 10 mil espectadores. Portanto, isso também são registos que nós devemos dar às pessoas que estão-nos a ouvir, às pessoas que estão aqui e temos que viver isso. E também nos nossos museus conseguimos resultados fabulosos, não só nas nossas lojas, nas nossas livrarias, nos espaços únicos que temos nos nossos museus e que têm vindo a ser melhorados, onde temos quase 9 mil visitantes, também, numa época baixa, o que também é valioso. E comemorámos também os 75 anos da primeira viagem de Santo André, com poupa e circunstância, com aqueles que fizeram parte também das suas tripulações e que estiveram aí a viver os seus dias, e associámos isso também às comemorações do 25 de Abril. Mas não deixámos de parte também aquilo que é importante para nós desde a educação ao saber e onde é que está muito disso nas nossas bibliotecas. Com mais de 17 mil inscritos nas nossas bibliotecas, são dados que estão no nosso relatório, ressaltando os atendimentos aos públicos, que seguem as 4.400 pessoas, só em dois meses e meio de trabalho. Também temos mais de 7.369 livros emprestados, tanto na biblioteca, na BMI, e como na Biblioteca do Museu.

Também tudo isto tem aqui um ponto, e que o senhor referiu e que também ouvi outras pessoas a referirem, que é aquilo que é socialmente importante, que é o nosso atendimento social e as respostas sociais. E aí quase 2 mil diligências foram feitas e mais de 1.111 atendimentos que foram registados, aqui, na Câmara para bem das nossas comunidades e para uma melhor resposta.

E também com um trabalho muito profícuo da parte das nossas equipas e orientado pelo nosso Vereador também os excelentes resultados que começamos a ter com o nosso CROACI, depois de um trabalho que fizemos de ampliação desse CROACI para ter também um gatil e ter outras condições para os nossos animais. Também tivemos recolhas de 15 e entregas de 17 e 65 animais esterilizados. Fora de todos aqueles que não conseguimos, realmente, entregar a ninguém e são preocupações diárias deste Executivo.

Mas também o nosso atendimento e a nossa área de arquitetura, todo subjugado a uma pressão tremenda, com o maior registo dos últimos anos daquilo que são projetos e entradas de explicações e resultados desses mesmos trabalhos que vamos fazendo e que as pessoas nos requisitam, com os dois primeiros meses do ano com mais de 3.191 solicitações e, desculpem, tivemos até aqui o ano passado, e neste período tivemos 3.477. É um aumento significativo para o número de pessoas que temos, contemplando tudo o que são períodos de férias, contemplando tudo o que são respostas, sinal de uma modernização administrativa que implementámos e que sugere melhores respostas.

Por isso, os indicadores que vocês têm também daquilo que é o trabalho hoje feito diretamente por e-mail e não por frente a frente com as nossas pessoas, não acontece. Cada vez mais,

queremos uma comunicação digital com as nossas pessoas e é esse trabalho que temos vindo a fazer.

Na financeira ainda não percebo o que é que está mal, Margarida, peço desculpa, mas estamos a aumentar, continuamente, aquilo que é a nossa despesa de capital e corrente. Estamos a cumprir com os pagamentos a fornecedores nos 18 dias ou menos, portanto, é natural que a Senhora veja isso. Olhe, hoje paguei 396 mil euros a fornecedores. Lembro-me da transferência que assinei há bocado, portanto não lhe sei dizer se devo 100, se devo 200, mas quando quiser, no dia certo, digo-lhe o que devo e o que devo no dia.

E também temos consciência que a nossa receita diminuiu 4% e a nossa despesa diminuiu só 1%, portanto estamos no caminho certo da manutenção daquilo que é a nossa visão financeira para o nosso município.

E também aquilo que eu percebi que alguém que interpreta mal as coisas que acontecem no nosso município, relativamente aos fundos comunitários, temos um trabalho abnegado de todas as nossas equipas e de todos os nossos parceiros para concorrermos a tempo e horas aos desafios que nos são colocados, seja pela governação A, seja pela governação B. Não vou dar parabéns a ninguém, temos é que estar aptos e com projetos para meter essas candidaturas a tempo e horas. Quem perceber desta matéria sabe bem que só depende do município a recolha desses fundos comunitários, não depende de mais ninguém, nem da governação A, nem B, nem C, porque esses planos já foram estruturados há mais de 10 anos, agora é que estão no terreno. Não foi agora que se concretizou o PRR, ou que se concretizou o Pacto 2030 ou o Pacto 2020. Isto vem de umas dinâmicas já bem antigas da nossa governação.

E, portanto, há aqui 2 coisas que também são importantes relevar e que o documento é importante e vos dá indicações. E eu em dezembro último, novembro, dezembro, que a reunião teve mais que uma sessão, na nossa apresentação do nosso Orçamento avisei que nem tudo seriam rosas naquilo que era a receita do nosso município e começamos a ver alguns pesos-pesados a cair, como o IMT que desceu mais de 400 mil euros face ao período homólogo do ano passado.

Na comunicação não vou falar sobre isso, porque tantos municípios comunicaram connosco, 280 municípios, 5 sugestões, 4 elogios e 234 alertas, nomeadamente sobre a segurança pública e aquilo que é a saúde pública, também, e o espaço público. Portanto, ficamos muito contentes por continuarem a participar ativamente naquilo que é a nossa interpretação.

Deixando um bocadinho da educação e uma vez que ouvi falar aqui no Estaleiro. Mais importante é nós pegarmos na Carta Educativa e voltá-la a avaliar, voltá-la a desenvolver. Foi isso que fizemos e está também no documento para que todos possam ler.

Relativamente a duas iniciativas ou três, que eu gostava de parabenizar toda a estrutura da Câmara, tem a ver com aquilo que foi uma estratégia e uma iniciativa única de há muitos anos que foi meter Gafanha, Illiabum, Câmara Municipal e ABA juntos a realizar um torneio de sub14 e sub16. Teve o êxito e convidou as Seleções de Aveiro, Porto, Lisboa e Setúbal para participar nele. Duas iniciativas que juntaram centenas, diria eu, mais de 2 milhares de pessoas no nosso território para festejar. E também os encontros de natação, tanto realizados pela Escola Municipal de Natação como do CAPGE, que foram um sucesso na nossa piscina da Gafanha da Nazaré.

Quanto aos fundos, só rematando aqui e deixando uma nota importante porque pode nem toda a gente ter tido o cuidado de ler a atividade municipal conforme o fiz e preparámos em conjunto. Há 554 mil euros já recebidos e há 6,37 milhões de euros cofinanciados em execução. Analisados os valores da execução dos projetos, à presente data... .

Se pararem O Tempo eu paro, mas não posso ficar condicionado.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:10:44")

«Eu queria comentar que eu não mandei parar a sessão. Portanto, os trabalhos podem continuar, está bem? Senhor Presidente, faça favor.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:11:07")

«Obrigado, Senhor Presidente. É tudo.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:11:14")

«Muito bem. Vamos abrir a segunda ronda de intervenções. Inscrições do Partido Socialista? Pedro Martins. Do "Unir"? José Pinto Reis. Do PSD? Margarida e André. E do Chega? Não há. Portanto, Pedro Martins por favor.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (02:11:57")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

A sessão foi de certa forma interrompida, não, o Senhor Presidente não interrompeu, mas espontaneamente o tempo parou. E a verdade é que a, pretexto disso, o Senhor Presidente da Câmara interrompeu a sua intervenção e penso que houve aqui algumas questões que ficaram por responder. Não sei se era intenção ou não da Câmara e do Presidente da Câmara responder à questão que eu coloquei acerca do estudo estratégico para o centro da cidade da Gafanha da Nazaré. Bem, foi uma questão que eu coloquei. Eu insisto pela resposta sobre esse ponto. Mas sobre isso também não tenho mais a acrescentar, até porque não houve nenhuma resposta, portanto, não tenho mais nada a acrescentar.

Agora relativamente às obras que a Câmara tem feito ou deixou de fazer, e a verdade é que, enfim, a gestão de uma Câmara não é só obra física. Aliás, há muitos dos serviços que o membro da Assembleia Municipal, o Refino, referiu, muita da atividade do município é uma atividade corrente, normalíssima que nem precisa, e não me interpretem mal, não precisa do Executivo. Assim como no Governo do país, a Autoridade Tributária não precisa do Governo para cobrar impostos. O Governo só define as taxas e os escalões, etc., mas quem cobra é a Autoridade Tributária, não é o Governo. O governo conduz a política do país. E quem diz na atividade financeira fiscal do Estado, diz em muitas outras. Aqui, na Câmara Municipal, é a mesma coisa. Uma grande parte dos serviços prestados pela Câmara Municipal inserem-se na atividade normal da Câmara Municipal em que, e não me interpretem mal, o Executivo que conduz politicamente a Atividade, praticamente, não tem que intervir. As bibliotecas, as piscinas e, enfim, portanto, na área da cultura, na área das atividades culturais, dos espetáculos, na área, eu ia dizer na área da água, do fornecimento de água e de saneamento, mas isso já nem é da competência da Câmara Municipal, como sabemos passou para a AdRA, mas antigamente, efetivamente, as câmaras tinham essa competência, normalmente do serviço de água, portanto, nos SMAS, nos serviços municipalizados. Quero eu dizer com isto, o que eu quero dizer é que há muita atividade diária, corrente, da Câmara Municipal que não carece da intervenção do Executivo. Pode melhorar, pode corrigir, pode mexer nos recursos humanos, pode investir, fazer investimentos - bom, e aí é que nós temos que ver se, efetivamente, a Câmara atuou ou não - mas da atividade corrente, do funcionamento das bibliotecas, das piscinas, os nossos serviços, as nossas direções, as nossas divisões não funcionam, normalmente? Mal seria.

Bom, mas dito isto, sem desvalorizar, naturalmente, o trabalho que é feito da gestão dos Vereadores, do Presidente da Câmara, sem desvalorizar, mas também há que ter em atenção que não vale a pena vir elogiar como sendo um serviço da Câmara que, verdadeiramente, não. Se elogiar os funcionários da Câmara, se calhar, estaríamos até a reconhecer melhor esse esforço.

Também gostava de dizer, relativamente ao investimento que é feito no município, neste e noutros, mas neste município que é o que nos interessa realmente, o povo, a população não quer saber se o dinheiro veio do PRR, do Portugal 2030, do Orçamento do Estado, da Câmara Municipal, o que o povo quer é os serviços bem prestados em bons edifícios. Dito isto, não podemos deixar de escamotear a realidade. Se vamos ter investimento no Centro de Saúde de Ílhavo ou na extensão de saúde da Gafanha da Nazaré isso deve-se ao facto do governo ter inscrito no Plano de Recuperação e Resiliência os cuidados de saúde primários, que carecem de bastante investimento. Foi essa a forma de poder fazer essa obra. A Margarida vem dizer que havia uma promessa, desde 2016, para requalificar, melhorar, ampliar a extensão de saúde. É verdade. Nenhum governo é masoquista ao ponto de não querer fazer obra. Não faz porque não há dinheiro. Finalmente, com o PRR surgiu essa oportunidade. O Governo inscreveu no PRR e vamos ter obra e, portanto, a obra é feita com dinheiro que vem da União Europeia, mas que, efetivamente, houve essa prioridade conferida pelo Governo do país e a Câmara Municipal, e muito bem, esta e outras, resolveu acolher, como todos sabemos, a descentralização também na área da saúde, com essa garantia de que, efetivamente, essas obras vão ser feitas. Agora, nós gostávamos, sinceramente, gostávamos, eu gostava que a nossa Câmara Municipal não andasse apenas a reboque destas obras que têm financiamento comunitário graças à atividade do governo e às prioridades definidas pelo Governo do país, e houvesse também alguma iniciativa da Câmara Municipal noutro tipo de obras para ver se deixávamos todos de andar à boleia naquilo que o Governo decide e também, enfim, de certa forma, decidirmos por nós próprios o que é que, efetivamente, é uma prioridade a outros níveis da governação do município e que carecem de obras e de melhoramento de instalações, etc. Portanto, esse aspeto é de destacar.

E já agora, a propósito do investimento nas escolas públicas e o grande investimento nas escolas secundárias. Veja-se o exemplo da Secundária da Gafanha Nazaré, deveu-se à

grande requalificação das escolas no último governo de José Sócrates, do PS, por todo o país. Aliás, na altura, a crítica era que era um luxo, era um exagero, aquilo que se gastava nas escolas, mas a verdade é que se fizeram requalificações, ampliações de escolas secundárias, exemplo da secundária da Gafanha da Nazaré, realmente com um programa de grande categoria, de grande, realmente, de grande efeito e que deu melhores condições aos nossos estudantes

E agora, também, no quadro de um acordo celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Governo PS, esse acordo permitiu um investimento que agora irá ser feito nas escolas. Não vamos desvalorizar o trabalho que o executivo camarário tem que fazer, é um facto, tem que projetar, tem que abrir concursos, tem que gerir, tem que pôr a obra no terreno. Não há dúvida nenhuma. Mas também não escamotear esta realidade que acaba por também revelar uma certa dependência que ainda continua a haver dos municípios relativamente ao poder central. Isto, pouco a pouco, vai mudando com a descentralização, etc., cada vez há de ser mais, cada vez há de haver mais autonomia verdadeira financeiramente dos municípios, mas ainda assim é isso que se revela. Era só. Obrigado.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (02:19:15")

«Mais uma vez, boa noite. Somos nós que temos que vir defender o documento. Cumpre-nos essa função, até porque acreditamos nele, até porque o analisamos e verificamos. E eu estou a chegar à conclusão que esta Assembleia não valoriza alguma da informação que lá está inserida. E provavelmente seria interessante, provavelmente, criarmos aqui uma Comissão também, para se cortar aquilo que não seria interessante ou que não seria necessário reportar à Assembleia e retirarmos esses dados que passam a ser de mera gestão. 11 concurso público também é um ato de gestão. Não deixa de ser um ato de gestão que não é feito pelos políticos, mas sim pelos quadros, pelos colaboradores do município. Por isso, eu sinto-me confortável por ter a informação detalhada daquilo que é o funcionamento do Executivo e da Câmara Municipal e que vai além daquilo que é a obrigação legal, provavelmente, que está estabelecida que é que seja feito um relatório da atividade do Executivo.

Queria só pedir desculpa ao Senhor Presidente da Câmara porque nós nas nossas atividades e na nossa reunião de preparação não o convidamos, trabalhamos só nós e não tem a oportunidade de nos encomendar umas perguntinhas que lhe dão jeito responder. Não temos essa prática, analisamo-la com o grupo municipal. Se temos algumas dúvidas, algumas questões a colocar, certamente que lhe colocamos, mas não fazemos pré assembleias municipais antes de irmos para este fórum que é aqui que nós temos que discutir.

Em relação àquilo que são as obras. Eu estou, desta vez, estou de acordo com Margarida. Quer dizer, na realidade vocês conhecem os problemas, conhecem os problemas das escolas, conheciam os problemas dos centros de saúde, estiveram, vocês PS, estiveram no Governo durante não sei quantos anos e saem sem resolverem os problemas. Porque querem ou porque não querem, os problemas continuam lá. E não é dizer, criamos condições para. Então, no passado, não quiseram criar essas condições. E quando se faz a crítica aos outros, devemos pensar também naquilo que foi a prática do Partido Socialista. Se não criou condições, se não achou que a educação era prioritária, só agora no PRR, são opções. Vivemos tempos difíceis, mas todos nós sabemos em que situação estava a Escola João Carlos Celestino Gomes. Por isso, tenhamos consciência de que o dinheiro é curto, que não dá para todos, há sempre que criar prioridades. O mérito de implementar é, sem dúvida, repartido entre o Executivo Governamental e o Executivo Camarário, todos os seus quadros, por isso, não vamos criar aqui só a ilusão de que tudo aquilo que foi feito no Concelho de Ílhavo, vai ser feito, é mérito do Partido Socialista a nível governamental. Foi aquilo que tentaram passar. Acho que deve haver humildade de reconhecer que pode haver dinheiro disponível, pode haver tudo e mais alguma coisa, se não houver empenho, se não houver dedicação, se não houver projetos, se não houver maturidade nesses projetos, se não houver dinamismo esse dinheiro é desperdiçado.

Vamos esperar, volto à minha primeira intervenção nesta Assembleia, vamos esperar que seja rápido e que se coloquem em prática estes projetos antes que existam outras contrariedades que possam vir a atrasar ainda mais estes processos.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (02:24:23")

«Boa noite, novamente. Houve aqui uma questão do plano de atividades que não vi ninguém falar. A não ser aqui o André que deu aqui uma sugestão. Mas, de facto, acho que pelo trabalho elaborado pelo responsável pela proteção de civil, pelo trabalhador, não é colaborador, é o trabalhador, porque se vamos pelos colaboradores, isto começa a haver

muitas avenças, muitas coisas e isto começa... e isso é preocupante. Os trabalhadores têm capacidade e apresenta aqui um trabalho exímio. Com certeza que nós até podemos manifestar diretamente as nossas preocupações ao trabalhador que está a coordenar a proteção civil e de forma que nós possamos também ajudar a fazer um bom trabalho. Porque, de facto, o relatório que está apresentado na atividade, e eu, atenção, eu não fiz uma crítica. Eu agradei um resumo que o Rufino fez. Eu não fiz crítica nenhuma. Mas não ouvi falar na proteção civil e, de facto, o relatório é exaustivo, está bem feito, foi bem entregue, não menosprezando o resto dos documentos apresentados pelos diversos departamentos. Mas também que sirva de estímulo a quem faz este trabalho que nós estamos atentos e que vemos que este trabalho está a ser feito.

Pronto, a questão que coloquei. Fico satisfeita que passou, hoje, uma transferência de mais de 300 mil euros. Fico satisfeita que haja. Eu espero que não haja é muitas despesas, porque é curto, a gestão camarária é curta. E nós percebemos também, de acordo com o que o Pinto Reis estava a falar, que é se não houvesse PRR, e o PRR não foi o Partido Socialista que inventou, quem passou o cheque foi Bruxelas, não é? não inventou nada, participou e agora o António Costa será, provavelmente, o próximo Presidente do Conselho Europeu. Portanto, espero que traga mais dividendos, apesar do governo ser do Partido Social Democrata, dividendos a Portugal. Espero que todos possamos ganhar com isso e caia por terra as críticas que foram feitas ao Durão Barroso quando lá esteve, não fez nada por Portugal. E se calhar até fez, se calhar até fez. A Troika apareceu porque alguém subscreveu, alguém deu o aval e agradeceu. Temos que agradecer a Angel Merkel e Durão Barroso, etc., etc., etc. A memória não pode ser curta e não foi o Partido Social Democrata que levou o país a esse descalabre. Porque o parque escolar foi muito bem montado, sem dúvida, não sou contra o Parque Escolar, mas também houve ali negócios que trouxeram muitas dúvidas e que estão em julgamento e eu espero que a justiça... lá está, o Partido Socialista que não tenha medo e que venha de acordo com aquilo que os outros partidos, nomeadamente o Partido Social Democrata quer, que é dar meios a que a justiça seja mais eficaz e cheguemos a conclusões. Porque os municípios nós já vimos, os municípios têm uma margem muito curta. É muito difícil ser Presidente da Câmara, no nosso país. Temos que assumir isto. Seja de que governo, seja que governança seja, seja movimento, seja partido, é muito difícil. E, naturalmente, que o João Campolargo quando fala que isto tem mais de uma década, também está a dizer que o Partido Social Democrata fez este trabalho, e nós sabemos que o fez e ficamos satisfeitos. Se ele se concretizar cá estamos e cá estou para dizer: porreiro, pá. É mesmo porreiro, pá. Não é, ai e tal, lá numa festa, um vinho do Porto. Não. Se eu não estiver presente, cá estarei nesta Assembleia ou onde for necessário e dizer: conseguimos. Isto é um trabalho conjunto. Quando me direcionei ao presidente João Campolargo, que gostaria, e se precisar, naturalmente, de colaboração e creio que de qualquer elemento do Partido Social Democrata para fazer a ligação a algum Ministro, algum Secretário de Estado que atualmente está a trabalhar. Nomeadamente, na próxima segunda-feira, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata vai-se juntar na Praia do Furadouro, porque estamos, de facto, preocupados com a orla marítima. Estão todos os convidados, naturalmente, a participar, mas isto é trabalho de terreno, é ir às pessoas e verificar o que se passa. E o Secretário de Estado do Ambiente é do Distrito de Aveiro. Eu também fico muito satisfeita porque o Machado está no turismo, porque o turismo também nos é importante, mas a questão ambiental é muito importante.

E o nosso município está na CIRA, o nosso município tem pessoas conhecidas, próximas, autarcas, saibamos aproveitar isso, naturalmente. Porque criticar é fácil. E eu costumo dizer, eu faço muitas críticas também, mas muitas vezes tenho um exame de consciência. Eu estou a apontar com o dedo, mas tenho três virados para mim, não é doutor Pedro Cristo, aqui é Pedro Cristo, porque já é meu parceiro Deputado Municipal, mas era assim como o Doutor Pedro Cristo se dirigia a mim como trabalhadora bancária e ficou sempre na minha memória e, de facto, é uma verdade, é constatar factos. E nós temos que fazer críticas construtivas e se vamos entrar nisto de não dizer, de forma transparente, as coisas.

Eu também não quero que a democracia caia na rua, não é? Fazer as coisas de forma tranquila, criticar aquilo que temos que criticar, apoiar aquilo que temos que apoiar. Com certeza temos muitas concordâncias, Pinto Reis. Naturalmente. Isto, se calhar, agora, vão dizer que a Margarida e o Pinto Reis já estão a engendrar uma coligação. Pronto, agora é assim, se for uma coligação pela positiva, cá estamos os dois. Eu não tenho dúvidas porque Ílhavo está acima de qualquer partido, de qualquer movimento. Cada um puxa a brasa à sua sardinha, mas, naturalmente, é por isso que nós estamos aqui. É também criar aqui algum frisson, permitam também o meu desabafo.

O dia 10 de março foi importante. Volto a dizer, não fomos nós que dissemos aos nossos que foi por pouquinho, mas também não há o nós e o eles, há Portugal. Espero que aquelas

negociações, aquilo que foi prometido, e fiz aqui alguns episódios, também leva que todos assumam suas responsabilidades.

Em vez de entrar na política, porque é meu entendimento que os mandatos são para ser levados até ao fim. É possível governar até ao fim, um Governo minoria, naturalmente, não é inédito. Porque António Guterres governou. O atual Presidente da República, de forma consciente, liderava o partido que permitiu que levasse até ao fim e de forma consciente. E bem. Boas políticas. Estávamos lá a dizer, sim senhora. Eu quero ouvir essa responsabilidade dos outros partidos, naturalmente. Começamos a apertar um bocadinho porque as pessoas já perceberam que afinal eles sentam-se, eles debatem, eles acordam. E é por isso que nós cá estamos.

Senhor Presidente. Eu tinha-me esquecido de abordar esta questão da proteção civil. Parabéns por esta decisão de ter delegado numa pessoa este trabalho. Porque é delegação. Porque é muito difícil ser Presidente de Câmara, ser Vereador. E, muitas vezes, delegar em quem tem competência só demonstra que o trabalho... e, depois, quando formos a votos... no dia 10 de março fomos a votos e o PSD seu uma abada e não estou aqui por causa disso, não é? Quer dizer, o PSD teve um resultado, no concelho, fantástico. Parabéns aos eleitores que continuam a depositar confiança no Partido Social Democrata porque, de facto, tivemos uma vitória.

E agora aceite a nossa provocação. Esperemos que em 2026 consigamos também ter uma vitória autárquica. Para isso estamos a trabalhar, naturalmente. 2025, vocês baralham. É que os festejos dos 50 anos também têm a ver ao abrigo, daquilo que eu percebi do General Ramalho Eanes, é um período de dois anos de festejos até chegarmos à instauração do poder autárquico e confirmação. Portanto, de certeza que vamos ter tempo para fazer essas coisas, temos mais dois anos. Mas naturalmente que seja o PSD a liderar a Câmara de Ílhavo.»

André Guimarães, Grupo Municipal do PSD: (02:24:23")

«Para que as minhas perguntas não fiquem sem resposta e se calhar porque também não fui explícito, e, se calhar, porque se falo de coisas que não sei. Mas é para isso que eu venho à Assembleia, que é para obter as respostas. Se calhar falo de forma apaixonada, mas, se calhar, porque gosto de exercer com responsabilidade e com paixão, com espaço paixão, esta função que muito me honra.

Eu coloco aqui as perguntas explícitas que às quais eu gostava de obter resposta.

Primeiro, se, de facto, a Estratégia Local de Habitação vai ou não sofrer alterações?

Segunda, se sim, quais são as alterações ou se podemos ter aqui já uma é sugestão daquilo que serão as alterações?

Três, se, do ponto de vista do planeamento urbano, o Executivo considera que a construção de novos prédios de habitação social trazem constrangimentos, nomeadamente para as freguesias da Gafanha da Nazaré e da Gafanha da Encarnação.

E quatro, o que representam estes três novos investimentos que constituem 72 frações?»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:35:20")

«Obrigado, André. Senhor Presidente, faça favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:35:33")

«Muito obrigado.

Senhor André, olhe há bocado as condições climatéricas, falávamos por causa das praias, agora foi aqui e não deu para lhe dar a resposta. Mas vamos dá-la seu tempo e ficará com elas. Sempre no sentido de lhe dizer que pode a qualquer momento contactar-nos e ser esclarecido em outros fóruns que não este. Fica mais tranquilo e mais descansado. Como lhe disse, há bocado, acho que fica feliz da mesma forma.

Quanto à educação, porque há bocado fiquei-me por aqui, estávamos a falar sobre aquilo que é a revisão da Carta educativa. Também avançámos com ela e é uma das referências nesse documento que vocês têm presente.

E não me vou esquecer também daquilo que foram as iniciativas que a Câmara Municipal com o grupo desportivo Illiabum, conseguiram juntar mais de 520 atletas das escolas básicas do primeiro ciclo numa manhã desportiva, em que cruzámos, aqui, uma experiência para todos eles de basquete, em que tivemos sempre a nossa Associação de Basquete de Aveiro presente. E, por isso, também, com eles realizámos o primeiro Torneio de Secções Município de Ílhavo Basquetebol, nos dois pavilhões do Grupo Desportivo e do Illiabum, onde temos, neste momento, também, presente a instalação de dois painéis *leds* que vão servir qualquer

tipo de desporto com 4 metros por 2, completamente adquiridos conforme a regulamentação para o efeito destes painéis, mais económicos, com a visão, também, daquilo que fizemos até aqui - fez parte de outras Atividades Municipais - que é um investimento que temos feito na colocação de *leds* em todos os nossos pavilhões para redução de consumo de energia. Também aqui é de frisar a presença de centenas de pessoas, se não milhares, vindas do Porto, de Lisboa, de Setúbal e de Aveiro, onde estas seleções disputaram, tanto masculinas, como femininas, Sub14 este torneio que foi uma experiência que possivelmente se irá repetir já no próximo ano e que contará a ter o apoio da nossa Associação de Basquete de Aveiro. Foi fantástico e, como vos digo, envolveu centenas de pessoas, ajudou o comércio local, ajudou toda a gente a dinamizar uma estratégia que nós queríamos que é potenciar os negócios também dos nossos cidadãos, mas também no nosso município. Este torneio também tem aqui um efeito que nós esperamos que é os nossos clubes continuam a ser fortes, também, na formação e isso também vem valorizar as nossas formações dos clubes todos.

Voltando aqui, também, para a natação. Decorreu também as nossas provas das nossas escolas de natação e também o torneio também da prova competitiva dos 25 anos do CAPGE, que envolveu mais de 300 atletas e o nosso mais de 130, na nossa piscina da Nazaré, e que foram, igualmente, um êxito.

Quanto aos fundos, e penso que não ouviram há bocado, também uma referência simples. Ainda temos muita coisa a decorrer, o documento é claro sobre essa matéria. mas temos 554 mil euros já arrecadados, aqui, em conclusão, e 6,37 milhões de euros cofinanciados em execução. Analisando os valores de execução dos projetos, à presente data, vocês percebem perfeitamente que foi apurado um valor total de 11,2 milhões de euros, com uma execução efetiva de 3,022 milhões de euros, e um montante de 6,2 milhões ainda por receber. Candidaturas submetidas a aguardar decisões têm 9,092 milhões de euros, o que mostra realmente a possibilidade que nós estamos a ter de recorrer aos fundos porque temos projetos e temos finalizado aquilo que interessa que é a preparação dessas candidaturas.

No âmbito da proteção civil, e por causa de não ter feito há bocado a referência, a referência que a Margarida fez, mas também pode-se verificar aquilo que são as colocações dos DAES, cumprindo um princípio que já aqui frisou e foi levantado por si, e, portanto, estamos a levar a bom porto aquilo que é a proteção civil municipal, juntando também o serviço de higiene e segurança no trabalho. Porque muitas destas informações já vinham aqui, não vinham sistematizadas todas num processo único. Também o nosso gabinete florestal também está aqui, com atividade intensa sobre aquilo que é a Erva das Pampas e outras infestantes que temos no nosso território. Estamos a fazer esse trabalho, nomeadamente, e também com uma relação completamente diferente com os nossos parceiros. Posso lhe dizer que isto já era uma posição desde 2007, por um diploma que era a Lei 65 que já previa a existência de um coordenador municipal. Portanto, nós fizemo-lo passados 2 anos, portanto, como vamos fazendo outras coisas, não falando daquilo que quis referir, assim, de lado, mas percebemos perfeitamente. Se calhar, haveria 29 hipóteses para nós referirmos aqui, hoje, nesta sala, não vou referir nem mais uma.

Também eu gostava de deixar aqui uma nota, apesar de nós termos aqui a nossa AMA, no nosso território, onde temos aqui dois postos, na Gafanha da Nazaré e cá. Não é muito significativo o resultado financeiro deste serviço que nós temos no Espaço Cidadão, mas são 1.000 pessoas que se dirigem, neste período, ao Espaço Cidadão em que a procura se regista naquilo que é a alteração de uma morada, numa carta e tudo e a questão do ADSE. Portanto, mas continuamos com esse registo, já temos mais uma pessoa com formação também nessa área, portanto, acho que conseguimos ter bons indicadores para que a atividade esteja de parabéns.

Diria ao Pedro Martins que estou aqui como decisor político. Estou aqui como trabalhador para todas as funções que me desejarem, ouvir e receberem e que dou muito valor aos trabalhadores municipais. Mas sem esta equipa talvez não tivesse aqui a Atividade que está hoje. Vou passar ao meu Vereador. Faz favor.»

Vice-presidente do Executivo, João Campolargo: (02:41':47'')

«Boa noite, a todos. Senhor Presidente, cumprimento, em si, toda a Mesa. Caros Vereadores, Senhor Presidente da Câmara. Caros Deputados. Caro público aqui presente e quem nos segue pela transmissão.

Temos aqui algumas questões. Vou tentar ser sucinto.

Fico satisfeito que tenha havido alguma concentração naquele que é o texto, que apresentei nesta Atividade, como introdutório e explicativo dos trabalhos desenvolvidos pelas divisões

que me estão afetas. Portanto, é sinal que a informação foi devidamente explícita e que gerou este debate.

Deixa-me um bocado confuso estas questões que foram mencionadas, que foram o Governo que decidiu os vários projetos e parece que descredibilizamos por completo o trabalho do Executivo. E essa foi a intervenção da senhora deputada Sónia Conde e só posso prender, de facto, que o PS, até pelas palavras do senhor deputado Pedro Martins, descredibiliza, por completo, o Executivo e a ação do Executivo. Pelo menos foi assim que eu entendi, foi o barrete que eu enfiei. Talvez por isso, até o PS, até enquanto oposição, já descredibiliza este poder e até entrega a esses lugares, após votação, a terceiras escolhas. Portanto, vem, de facto, em linha com esse descrédito que dá ao Executivo e que nós não podemos aceitar. Eu não o posso aceitar.

Mas tentarei ser claro com aquilo que foi o trabalho mesmo desenvolvido, porque se hoje falamos, conforme referiram, nos projetos das escolas ou nos projetos dos centros de saúde, eu refiro que, no caso do Centro de Saúde, a senhora deputada Margarida falou, e bem, que era já uma luta desta Câmara. Era, de facto, uma luta desta Câmara e recordo bem, todos os debates que havia na comunidade, a insatisfação, o tão falado elevador, na altura, que o Centro de Saúde de Ílhavo não estava em condições. Mas recordo que, ainda antes de se falar no PRR para a saúde, logo no início do mandato, tivemos oportunidade de trazer essa informação aqui, a esta Assembleia, com a máxima transparência e promovemos reuniões de trabalho com os centros de saúde, com as equipas de trabalho dos centros de saúde para, de facto, percebermos quais eram as necessidades que existiam. E temos aqui uma Deputada do PSD que até participou nessas reuniões, a Senhora Doutora, pelo Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré. Portanto, antecipamos esse trabalho. Fizemos todo o trabalho de elaboração de projeto. De facto, também gostávamos muito, senhora deputada Margarida, de ver já no terreno essa obra, mas, de facto, as dificuldades são muitas e, neste momento, estamos na elaboração das especialidades. Recordo que, ainda na última Assembleia, fomos também alertados, estão a faltar as especialidades e onde é que estão as especialidades para se poder acabar este procedimento, e, de facto, elas ainda não estão concluídas, porque, se na construção há falha de mão de obra, há também falha de técnicos e estamos neste momento no país com uma quantidade de elaboração de projetos muito acima daquilo que é normal e da capacidade que o país tem para os desenvolver. De facto, as especialidades já estão em análise pela ARS, mas isto é um projeto complexo. Estamos a falar de um projeto de um centro de saúde que já tem uma dimensão, os 2 centros de saúde, pelo projeto final que carecem aqui de várias e imposições regulamentares. Contamos que, nas próximas semanas, possam estar fechados e, sim, depois, com esses projetos agregados a esses projetos vêm também os cadernos de encargos e os mapas medições para que tenhamos condições para podermos avançar com os concursos de empreitada.

Mas também dar a nota que, de facto, os financiamentos estão aprovados e recordar também o risco que corremos por estimativas para financiamento que poderão até ser mais complexas. Temos que estar todos conscientes disso porque o projeto final só o vamos conhecer quando estiverem todas concluídas. Mas, de facto, nestes centros de saúde, são dois, mas quero também referir o caso das escolas, porque não existia também qualquer projeto e promovemos esses projetos. Neste momento, estão candidatas, para as três escolas, 22,8 milhões de euros para as três escolas. No caso, recordar que inclui também os equipamentos, portanto, o valor final das três candidaturas está na ordem dos 22 milhões e 800 mil euros. Mas também recordar, que foi referido também pelo senhor professor Rui Rufino, a atividade deste Executivo, e também obrigado por essa sua explicação, que, de facto, vimos, por algumas das intervenções, que essa explicação é fundamental porque, muitas vezes, esta documento, apesar de haver aqui uma grande entrega por parte das equipas municipais e de todos os técnicos, e depois também do Executivo em tentar enquadrar esses trabalhos, verificamos que, muitas vezes, não é lido da forma correta ou se quer ou muitas vezes nem sequer é lido ou analisado.

Mas dou também aqui referência de outros investimentos que temos feito, nomeadamente na intervenção das envolventes das escolas, em três arruamentos, o do prolongamento da rua Dr. João Joaquim António Vilão, na Gafanha da Nazaré, na envolvente da escola secundária da Gafanha da Nazaré; o Arruamento da ligação da rua das Cancelas, a rua Gabriela Ançã; e o recente prolongamento, o recente porque foi lançada a empreitada recentemente, peço desculpa pela imprecisão, da rua da Escola, na Coutada, para ligação às Lavegadas. Estes três arruamentos envolvem um investimento municipal na ordem dos 660 mil euros.

Portanto, temos aqui outros investimentos relativamente à Estratégia. Local de Habitação. Eu recordo que, já numa Assembleia anterior, eu tive oportunidade também de explicar, detalhadamente, o ponto da situação. Entretanto, existiram aqui novos desenvolvimentos

porque as candidaturas também tinham que ser todas concluídas. Fico um pouco desapontado pelo facto de não haver um reconhecimento do trabalho que foi desenvolvido aqui, internamente, porque interpretou-se de uma forma que não parece correta e não me parece justa, por todo o trabalho que foi desenvolvido. Eu recorro que a Estratégia Local de Habitação passou a ser obrigatória para efeitos de candidatura ao Programa 1.º Direito em 2018. Em 2021, em agosto de 2021, foi quando esta Câmara Municipal adjudicou os serviços para a elaboração dessa estratégia, portanto, em agosto de 2021. Depois, em setembro ocorreram eleições e em outubro tomámos posse, o atual Executivo, e, a partir daí, é que pudemos conhecer esse documento e começar a trabalhar. Ainda não conhecíamos o documento porque estava a ser feito, mas começámos a trabalhar nesse documento. Portanto, conforme já foi referido aqui, várias vezes, o senhor deputado André Guimarães o frisou, de facto, o caderno de encargos não ia ao encontro daquelas que eram as nossas expectativas e vontades e, depois, percebemos, inclusive, até por aquilo que referiu há pouco, que nem ia ao encontro daquelas que eram as vontades do PSD, apesar de, também em tempos, muito termos que há quem queira casa que a fizesse ou que a comprasse. Mas não era mesmo essa a nossa visão. Portanto, entendemos que podíamos ir mais além. Mas conforme já tive oportunidade de explicar, nós tínhamos duas hipóteses: ou perdíamos mais tempo e fazíamos um novo procedimento, ou fechávamos com as condições que tínhamos. Recordo também que, para a elaboração desta estratégia, foram chamados vários agentes da nossa comunidade e que foi uma dificuldade em conseguirmos angariar a informação que necessitávamos para identificarmos os vários agregados. Recordo que, inclusivamente, não houve uma Junta que nos fornecesse essa informação e na divisão da Ação Social a Senhora Vereadora teve realmente essa dificuldade. Portanto, aquilo que nós tivemos que fazer foi desenvolver essa estratégia para a podermos aprovar, nomeadamente neste órgão, e, depois, podermos, então, avançar com as candidaturas ao 1.º Direito. Em função dessa estratégia, foram identificados 146 agregados, em que 122 estariam à responsabilidade do município e 24 seriam os beneficiários diretos que são aqueles para, por iniciativa própria, se poderiam candidatar, portanto, a Câmara apenas apoiaria na elaboração de toda a candidatura e no acompanhamento da sua execução.

Aquilo que eu esperava que pudesse ter sido, hoje, destacado era que a Câmara viu aprovados 12.744.948 euros e que promoveu, em candidaturas, um total de 20.573.289,24 euros. Quer isto dizer que a Câmara tem aprovado os 122 fogos, mas candidatou 155, e isso está explícito naquilo que nós referimos. Sabemos, de facto, o risco que estamos a correr porque estamos a candidatar além daquilo que prevíamos, mas também estamos a fazer candidaturas, não temos garantia que todas as candidaturas sejam aprovadas. De qualquer forma também, se houver a aprovação, mesmo que não haja financiamento, estaremos também com um grau de maturação muito mais elevado para nos podermos candidatar a outros programas. Porque o 1.º Direito não acabou, o que acabou foram as candidaturas no âmbito do PRR para termos um financiamento a 100%. Portanto, o Programa continua. Ainda não se sabe qual será então a percentagem de financiamento. Portanto, acho que é isto que devemos estar mesmo satisfeitos e que devemos estar orgulhosos, enquanto município, que fomos além daquilo que tínhamos aprovado e que encontramos soluções, num momento complicado, para podermos candidatar 155 fogos para o município de Ílhavo, portanto, quase 8 milhões além daquilo que nós tínhamos aprovado.

Bom, vou tentar ser explícito com as perguntas que o senhor deputado André Guimarães fez, portanto, quando questiona se a Estratégia Local de Habitação vai ou não sofrer alterações. Nós pretendemos avançar com esse procedimento, agora que efetuámos as candidaturas. Não poderíamos fazer antes para não interrompermos as candidaturas que estavam em desenvolvimento. Sim, pretendemos avançar com essas alterações. Quais? Essas é que vamos nós determinar agora e que nos caberá a todos, também, decidir de que forma é que pretendemos essas alterações. Mas, de facto, todos identificámos, quando falo todos não é só o Executivo Municipal, mas esta Assembleia, que há mais carências. Recordo, uma vez mais, os jovens, recordo quem quer vir para o nosso município e não tem capacidade de aquisição de imóveis e quer vir para cá trabalhar e necessita de habitação, e outros mais casos. Há famílias que aumentam e precisam de outras condições. Portanto, há vários casos identificados e é sobre esse ponto de vista que iremos trabalhar.

Aquilo que questionou sobre o ponto de vista do planeamento urbano, se vão existir constrangimentos ou não, confesso que não percebi essa pergunta, tive alguma dificuldade em percebê-la. Aquilo que nós tentámos trabalhar, e que tinha explicado já noutra sessão, é que aquilo que trabalhámos foi para tentar distribuir a habitação por todas as freguesias. Conforme referi também na última Assembleia em que tive oportunidade de explicar, não conseguimos ou não desenvolvemos uma solução na Gafanha do Carmo, mas

desenvolvemos soluções para Gafanha da Encarnação. Posso-lhe referir que as soluções estão próximas de serviços, portanto, temos duas soluções que estão relativamente próximas da Zona Industrial da Mota e das escolas, da Escola Básica, de uma escola primária. No caso da Gafanha da Nazaré efetuámos candidaturas para a Zona do Bebedouro. Em São Salvador, temos candidaturas para a envolvente da Escola Básica José Ferreira Pinto Basto e para as proximidades da Zona Industrial da Ervasas. Portanto, houve este cuidado de aproximar e, de facto, não só onde há necessidade, mas também onde temos vias que possam também, depois, facilitar a mobilidade.

Por último, penso que já respondi a tudo o que me questionou e que me pareceu pertinente, de forma a podermos esclarecer toda esta candidatura.

Agora, só uma questão final sobre o Estudo Estratégico para passar a palavra à Senhora Vereadora. De facto, referiu os anglicismos, mas o texto também é claro e fala sempre em Estudo Estratégico, entre parênteses tem um *masterplan*, mas, de facto, naquilo que é o planeamento do território é o termo mais usual, porque no fundo acaba por ser um plano mais macro e pretende ter uma visão mais ampla daquilo que poderá ser a centralidade, ou não, para a Gafanha da Nazaré. Recordo que, ainda há poucas semanas, tivemos uma sessão de participação, uma sessão participativa no âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que contou com a presença de alguns, não tantos quanto gostaríamos, mas foi um momento importante de discussão. Nessa sessão foi possível, também, explicar com dados concretos que foram recolhidos no local, que, realmente, os fluxos se desenvolvem, continuam-se a desenvolver em toda a Avenida, portanto, não há uma centralidade. Portanto, a definição que o senhor doutor Pedro Martins quis dar não existe, ela não é dessa forma. Os dados que também foram possíveis de analisar é que, de facto, a Cale da Vila continua a ter fluxos elevados.

Mas continuamos a achar, contrariamente àquilo que foi dito no dia da Elevação da Gafanha da Nazaré, que, realmente, os estudos são muito importantes e a Gafanha da Nazaré é um exemplo disso, até pelos seus arruamentos, como eles estão desenhados, pela forma dispersa como estão os equipamentos. Portanto, até pelo que referiu que em vários mandatos foram feitos alguns investimentos mais avulsos, de facto temos que pensar a Gafanha da Nazaré de uma forma global, como ela merece e dignificá-la, e que ainda agora assinalámos na elevação a cidade. É nisso que estamos a trabalhar e essa sessão será mesmo para discutir essas soluções, para analisarmos dados para as pessoas poderem dar os contributos, dizerem se concordam ou não concordam e justificá-los bem. Obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: (02:58':28")

DEFESA DA HONRA

«Eu julgo que não passou despercebida a forma desleal como o Senhor Vereador se referiu à nossa camarada Sónia, chamando-lhe uma terceira escolha. Eu acho que de qualquer um de nós devia haver um princípio democrático básico, que é estarmos aqui todos com a igualdade de direitos. E a Sónia não é uma terceira escolha, é uma primeira escolha do Partido Socialista que o povo não votou na quantidade necessária para estar aqui desde início. Mas sendo o Senhor representante do Movimento que se pretende alternativo e exemplar contra aquilo que representa do mal nos partidos, tem dado muito mau exemplo. Não me parece que tenha ninguém, no Partido Socialista, ainda perdido o mandato por faltas ou por ausência. Não me parece que o vosso camarada Rufino, quando falou aqui em defesa da honra do vosso trabalho, o tenha feito com um estatuto de minoridade em relação a qualquer um dos outros. A voz dele não é mais forte, nem mais fraca, só porque é uma segunda escolha. A Mariana está aqui também em representação de alguém que perdeu o mandato. Tem direito de igual forma aos restantes elementos. E senti-me muito desconsiderado por desconsiderar o trabalho de todos nós. E, portanto, acho que devemos, com humildade, manter uma determinada regra. Porque o senhor está aqui na qualidade de Vereador do Movimento, liderado pelo Senhor Presidente, que foi também, quis ser candidato pelo Partido Socialista e eu não sei se o senhor era uma segunda escolha. Eu não sei se o senhor estava em segundo lugar na lista. Está aqui com toda a legitimidade e nunca ninguém lhe mandou isso a cara. E, portanto, respeite a Virita, a Sónia, o Rufino e todos eles. O princípio da democracia, do respeito por todos nós, é básico. E o senhor foi andando, andando, deslizou aqui quando quis, ao ponto de quase ter tirado o tempo todo à sua colega que devia falar e explicar-nos, consoante o Senhor Presidente lhe foi passando a responsabilidade, e agora tem 2 minutos para explicar aquilo que nós tanto queríamos ouvir.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': (03:02':09")

INTERPELAÇÃO À MESA

«Eu interpelava a Mesa no sentido de pedir ao senhor deputado Luís Leitão que retire aquilo que referiu, porque no 'Unir Para Fazer' ninguém perdeu o mandato. Houve uma pessoa que renunciou ao mandato. É completamente diferente e acho que seria bom que se repusesse essa verdade. Já no seu partido não faço a mínima ideia porque os senhores vereadores, dois, já não estão há muito tempo representados na Câmara Municipal e por isso há uma terceira escolha nesse que é legítima, como todas as outras, como tem toda a razão, mas é o terceiro elemento da lista, da vossa lista, que não foi o primeiro, não foi o segundo, foi o terceiro.

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: Mas o que é que isso muda?

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento 'Unir Para Fazer': O que é que isso muda, não. É a realidade daquilo que estamos a falar. Por isso, vocês são muito sensíveis e achava que devia...

Luís Leitão, Grupo Municipal do PS: É uma vergonha. É uma vergonha.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:03':16")

«Muito bem. Voltando ao tempo da Câmara, quanto tempo é que tem? Um minuto e 41 segundos. Queira continuar, Senhor Presidente.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:03':27")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Damos por concluída a nossa intervenção. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:03':31")

«Muito bem. Concluídas todas as intervenções a Mesa considera como apreciada a comunicação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal de 1 de janeiro a 31 de março de 2024.»

Conclusão

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:03':44")

«A Mesa acha que não há condições porque iríamos avançar para um ponto que iria tomar muito tempo e, portanto, a Mesa propõe a esta Assembleia Municipal suspender os trabalhos. Voltamos de hoje a oito dias e recomeçaremos no ponto 2, se todos estivermos de acordo. Estamos? Então, muito obrigado.»

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:04':04")

«Falta ler a Ata em Minuta.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (03:04':18")

[*Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata*]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:05':57")

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:10 do dia 27 de abril de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

(Miguel Pedro Araújo)